



DaCultura

Ano XX – Nº 34 – Maio de 2020 – ISSN 1984-3690

Forte de Nossa Senhora da Graça

ENTREVISTA

Roberto Duailibi

ARTIGOS

Passagem de Comando

Flávio Corrêa

Pedra, Bronze, Ferro, Alma

Roberto Duailibi

O Papel da Integração Civil-Militar para a
Segurança e Defesa

Daniel Mendes Aguiar Santos

Acenos sobre a Contribuição da Engenharia
Militar para a Cabeça do Brasil

Mario Mendonça de Oliveira

Utis possidetis, ita possideatis: As fortificações
como marcos da formação territorial do Brasil

Adler Homero Fonseca de Castro

Uma Realidade Brasileira: Camioneta Militar
Jeep 3/4ton Willys-Overland do Brasil

Exedito Carlos Stephani Bastos

REPORTAGEM

Forte de Nossa Senhora da Graça - Elvas, Portugal

Isabel Pinto

A ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS SAÚDA A FUNDAÇÃO CULTURAL EXÉRCITO BRASILEIRO.



Raul Marino Jr.



Miguel Reale Jr.



Júlio Medaglia



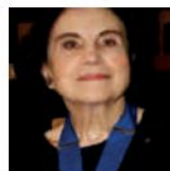
Célio Debes



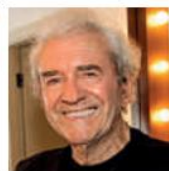
Gabriel Chalita



Luiz Carlos
Lisboa



Anna Maria
Martins



Juca de Oliveira



Marcio Scavone



Rubens Barbosa



Eros Grau



Paulo
Nathanael



João Carlos
Martins



Walcyr
Carrasco



José Gregori



Bolívar
Lamounier



Zuza Homem
de Mello



Jorge Caldeira



Synésio Sampaio
Goes Filho



Renata Pallottini



Roberto Duailibi



José de Souza
Martins



Celso Lafer



Maurício de
Sousa



José
Goldemberg



José Fernando
Mafra



Fábio Lucas



Lygia Fagundes
Telles



José Pastore



Raul Cutait



Ives Gandra



Antonio Penteado
Mendonça



Jô Soares



Tércio Sampaio
Ferraz



Maria Adelaide
Amaral



Dom Fernando
Figueiredo



Ignácio de Loyola
Brandão



Ruth Rocha



Ruy Ohtake



José Renato Nalini



ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

Valorizamos a inteligência e o trabalho



Editorial

Este número 34 da Revista DaCultura está sendo editado durante um acontecimento que envolve toda a sociedade humana da nossa atualidade.

Conceitos, entendimentos, teorias, crenças, que orientavam os nossos comportamentos, as nossas atitudes, os nossos valores, já estão sendo repensados, talvez reestabelecidos de acordo com novos sentimentos e novas motivações. Mas essa transfiguração deixa, em cada um de nós, muita incerteza e dúvidas sobre o delineamento desse novo mundo que vai emergir, não só sob o ponto de vista do que, até agora, denominávamos economia, mas, sobretudo, das relações interpessoais.

Os estudiosos já estão questionando expressões descritivas de fenômenos, atualmente empregadas pelo homem, para o entendimento (talvez ou certamente) inalcançável da realidade (o noumenos).

Globalização, a selva de expressões decorrentes do mundo digital, o mercado, a solidariedade, utilizada no sentido da compreensão do outro, e muitas outras expressões que procuravam delimitar a compreensão daquilo que estimulava o nosso aparelhamento sensorial.

Mas nesse rearranjo, creio que algumas expressões permanecerão. Dentre as quais a da cultura, para delinear e definir o resultado de todo o processo adaptativo do homem ao seu mundo físico e social.

Nesse novo mundo que emergirá, a humanidade, creio, permanecerá sendo a marca da nossa sociedade, dos nossos valores e das nossas esperanças.

A Fundação Cultural Exército Brasileiro, com mais de 20 anos de existência, passa por um estágio de transformação.

O nosso querido Presidente, Dr. Marcos Arbaitman, cumprindo exigências estatutárias, afasta-se da direção da FUNCEB, deixando, entre nós, a marca da sua liderança, da sua inteligência e da sua dedicação. Um espírito sempre agregador, inovador e voltado para o bem do nosso Exército e da FUNCEB. Está sendo substituído pelo Dr. Waldir Siqueira, com mais de 18 anos dedicados à nossa Fundação, instituição, na qual foi Diretor Jurídico, membro do Conselho de Curadores e Presidente do Conselho de Curadores.

Todos os integrantes da Revista DaCultura desejam, ao Dr. Waldir Siqueira, os maiores êxitos no desempenho do honroso cargo de Presidente da FUNCEB.

Este número da Revista DaCultura apresenta um texto do Dr. Flávio Corrêa, Presidente do Conselho de Curadores da FUNCEB e uma das figuras mais expressivas da nossa instituição. O artigo se refere à “Passagem de Comando” da Fundação. Nas nossas páginas consta a entrevista realizada com o Dr. Roberto Duailibi, um dos personagens mais proeminentes em todo o processo de organização da FUNCEB.

O Dr. Roberto Duailibi, dá-nos outra contribuição quando se refere, no seu artigo “Pedra, Bronze, Ferro, Alma”, ao excepcional trabalho de pesquisa empreendido pelo Prof. Adler Homero Fonseca de Castro sobre as fortificações erigidas no Brasil. Iniciativa da Fundação Cultural Exército Brasileiro, que se desenvolveu por cinco anos com o apoio do IPHAN.

O Ten Cel Daniel Mendes Aguiar Santos apresenta-nos um estudo consistente e atual sobre “O Papel da Integração Civil-Militar para a Segurança&Defesa”. Faz, inicialmente, uma apropriada abordagem conceitual do tema e, em seguida, enfoca o cenário brasileiro, ressaltando a adoção da Política Nacional de Defesa (2008) e da Estratégia Nacional de Defesa, como fatores estimuladores dessa integração. Não podemos deixar de ressaltar a evolução histórica de um País continental como o nosso, em que as Forças Armadas, particularmente o Exército, têm características especiais.

O Prof. Mário Mendonça de Oliveira, distinguido historiador, oferece-nos um texto de grande importância para a historiografia da Engenharia Brasileira e, especialmente, da Engenharia Militar do Brasil: “Acenos sobre a Contribuição da Engenharia Militar para a Cabeça do Brasil”.

“Assim como possuíis, continuará a possuir” *uti possidetis, ita possideatis* é o tema do Dr. Adler Fonseca para apreciar o princípio que orientou a formação territorial do Brasil em meados do século XVIII. Um interessantíssimo texto para a compreensão do delineamento do espaço geográfico brasileiro.

O Prof. Expedito Stephani Bastos, pesquisador de assuntos militares, mais uma vez, aborda tema da maior relevância para o entendimento dos diferentes aspectos que delimitam o desenvolvimento da indústria de material bélico no nosso País. Desta vez, esclarece-nos sobre passagens pouco conhecidas da implementação das bases para uma possível produção industrial da “Camioneta Militar Jeep ¾ ton Willys-Overland do Brasil”. Esse produto constituiu-se na “primeira grande exportação brasileira de veículos militares, produzidos em série”. Foram entregues, ao Exército Português, em 1960, inicialmente, 150 exemplares.

A Dra. Isabel Pinto, distinguida Arqueóloga, integrante da Comissão Nacional da UNESCO, representando Portugal, para estudos sobre o Patrimônio Mundial, brinda-nos com o artigo: “Forte de Nossa Senhora da Graça”. A Dra. Isabel faz uma abordagem da história e da arquitetura desse Forte, localizado na cidade de Elvas, em Portugal, e considerado uma das mais poderosas fortalezas abaluartadas do mundo.

Synésio Scofano Fernandes
Diretor da Revista DaCultura

Diretor

Synésio Scofano Fernandes

Editor

Fundação Cultural Exército Brasileiro

Redator-Chefe

Paulo Roberto Rodrigues Teixeira

Colaborador

Juarez Genial

Revisão

Álvaro Luis Sarkis da Silva

Assistente de redação

Francisco Ferreira Machado
Marcos Trajano de Sousa

Editoração eletrônica

Murillo Machado

Impressão

Gráfica COAN

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da Revista e do Exército Brasileiro.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em formato A4 (210 x 297), com margens de 2,5cm (usar apenas um lado de cada folha, com letras de 12 pontos e entrelinhamento duplo), acompanhados de uma síntese do currículo e do endereço postal.

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Por imposição de espaço, a redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

Fundação Cultural Exército Brasileiro

Palácio Duque de Caxias

Praça Duque de Caxias

Nº 25 – Centro

Ala Marçílio Dias – 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

CEP 20221-260

Tel: 21 2519-5352

Fax: 21 2519-5106

E-mail: funceb@funceb.org.br

www.funceb.org.br

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

Distribuição gratuita

Tiragem: 9.000 exemplares

Sumário

ENTREVISTA

07 - Roberto Duailibi.....



ARTIGOS

05 - Passagem de Comando

Flávio Corrêa



12 - Pedra, Bronze, Ferro, Alma

Roberto Duailibi



15 - O Papel da Integração Civil-Militar para a Segurança e Defesa

Daniel Mendes Aguiar Santos.....



22 - Acenos sobre a Contribuição da Engenharia Militar para a Cabeça do Brasil

Mario Mendonça de Oliveira



33 - Utis possidetis, ita possideatis: As fortificações como marcos da formação territorial do Brasil

Adler Homero Fonseca de Castro



47 - Uma Realidade Brasileira: Camioneta Militar Jeep 3/4 ton Willys-Overland do Brasil

Expedito Carlos Stephani Bastos



REPORTAGEM

54 - Forte de Nossa Senhora da Graça - Elvas, em Portugal

Isabel Pinto



AGRADECIMENTOS

À Ana Paula que, com sua competência, prontamente respondeu às nossas solicitações, contribuindo para a excelência da entrevista com o Dr Roberto Duailibi.

Aos nossos articulistas que, mais uma vez, trouxeram mensagens profundas, em temas atuais e históricos, valorizando a nossa revista.

À Fundação Habitacional do Exército que nos concedeu os recursos necessários para que pudéssemos editar este número.

"Bem-aventurada é a nação cujo Deus é o Senhor, e o povo que ele escolheu para a sua herança."

Salmo 33:12



Nossa capa

Fortaleza Nossa Senhora da Graça.
Ao fundo a cidade de Elvas - Portugal

Passagem de Comando



Waldir Siqueira
Novo Presidente da FUNCEB

Dia 31 de março aconteceu a passagem de comando da FUNCEB, o que me fez lembrar a ordem de serviço do General Gleuber Vieira, quando Comandante do Exército: “O comando é a mais nobre missão que pode ser atribuída a um militar”.

No nosso caso, e ainda parafraseando o General Gleuber, “é a mais importante missão a ser atribuída a um cidadão que tenha todo o conhecimento e experiência acumulados ao longo da vida, necessários ao exercício dessa função”.



Flávio Corrêa
Presidente do Conselho
de Curadores

Para nós da FUNCEB, a troca de presidentes determinada pelo Estatuto - uma verdadeira troca de comando - sempre foi uma cerimônia rica e importante, já que determinante do futuro da nossa entidade.

Personalidades do mundo civil e militar sempre prestigiaram esta ocasião, conferindo a ela brilho excepcional. O cerimonial prevê um ato solene, com palavras do Presidente do Conselho de Curadores que dá posse à nova Diretoria, pronunciamentos do Presidente que deixa o cargo e daquele que o assume, homenagens aos benfeitores, concerto da magnífica Banda Sinfônica do Exército e jantar oferecido aos convidados, tradicionalmente, no Quartel-General do Comando Militar do Sudeste, no Parque Ibirapuera, em São Paulo. O gentil anfitrião teria sido o General Amaro, que acaba de passar o Comando para o General Fernandes. Um esperado momento de conagração da sociedade civil com a militar em um ambiente festivo de união e fraternidade. Esse ano, infelizmente, a nossa cerimônia de Passagem do Comando do Dr. Marcos Arbaitman para o Dr. Waldir Siqueira aconteceu sem as merecidas pompa e circunstância habituais. A solenidade de 2020 foi vitimada pelo corona vírus. Fizemos uma passagem de comando virtual e assim cumprimos o que determina nosso Estatuto. A FUNCEB

sempre esteve sob a liderança de destacados cidadãos (com exceção do autor desta nota, é claro), verdadeiros patriotas como os presidentes anteriores - Aluísio Rebello de Araújo (de saudosa memória), Roberto Duailibi e o Gen Joubert de Oliveira Brízida, que dedicaram uma boa parte do seu tempo, em prejuízo das suas atividades profissionais ou empresariais, para construir a sua brilhante trajetória. A FUNCEB é hoje reconhecida como exemplo de entidade do terceiro setor.

Parece que foi ontem que 22 empresas e associações se reuniram para registrar, em 1º de março de 2000, no 4º Ofício de Notas de Brasília, a Fundação Cultural Exército Brasileiro. Foram elas: FIEMG, Volkswagen do Brasil, Mercedes-Benz, Banco CIDADE, CAPEMI, General Motors do Brasil, USIMINAS, Banco BRADESCO, ITAÚ Investimentos, FIAT do Brasil, Odebrecht S.A., Banco SAFRA, FENAVIST, São Paulo Alpargatas S.A., Toyota, Motores Rolls Royce, Associação Comercial de São Paulo, Ferraz Administração de Consórcios, FEPENGE Engenharia, FIRJAN, Companhia Suzano de Papéis, e Cia Fiação e Tecidos Guaratinguetá Ltda. A elas, que forneceram o capital inicial, o nosso reconhecimento e gratidão.

A FUNCEB, cujo primeiro ato oficial foi receber a outorga da Rádio Verde-Oliva Brasília, uma das líderes de audiência na Capital Federal, já nasceu a todo vapor e ambiciosa, pretendendo fazer história através da história do Exército Brasileiro, consubstanciada, entre outros atributos, por sua riqueza cultural, seu inigualável acervo arquitetônico, seus fortes e fortalezas espalhadas pelo país inteiro, em boa parte, responsáveis pela consolidação

do Brasil como Nação, seu patrimônio iconográfico e sua participação em eventos marcantes e decisivos do nosso enredo social, onde a população encontra seu braço forte e sua mão amiga. Seria exaustivo listar todas as razões pelas quais o Exército Brasileiro merece a admiração, o respeito e a gratidão da comunidade, que lhe confere marca de entidade mais confiável em todas as pesquisas de opinião.

Fazer o elogio do Exército é fácil, assim como também o é no caso dos Presidentes Marcos Arbaitman, que sai, e Waldir Siqueira, que entra. Ambos são possuidores de invejáveis currículos que construíram ao longo do tempo e que os projetaram às destacadas posições que desfrutaram nas suas respectivas atividades: Marcos Arbaitman como empresário, Waldir Siqueira como advogado. Arbaitman comandou a FUNCEB nos últimos quatro anos, depois de ter sido Presidente do Conselho Técnico-Consultivo, elevando ainda mais o prestígio da nossa entidade. Siqueira foi Diretor Jurídico da primeira Diretoria da FUNCEB, que teve a honra de capitanear, há vinte anos. Após presidir o Conselho de Curadores, nosso órgão máximo, agora aceitou este novo desafio. Estamos confiantes de que sob a sua batuta, e com o importante apoio do Vice-Presidente General Expedito Alves de Lima, do Diretor Executivo, General Juarez Genial, e dos demais integrantes da Diretoria, Waldir Siqueira manterá acesa, e ainda mais reluzente, a nossa chama idealística.

Como nos ensinou o General Gleuber, o comando é a mais nobre missão que pode ser atribuída.

Estamos em excelentes mãos.

Seja bem-vindo!

A FUNCEB vista por Roberto Duailibi



Vinte anos passam voando. No dia 20 de agosto do ano 1999, no Quartel General do Exército em Brasília, uma palestra muito aguardada havia justo terminado. A palestra foi realizada por um homem da agência de publicidade, a DPZ, Duailibi, Petit e Zaragoza, que ganhara vários prêmios internacionais e era respeitadíssima por seus companheiros de profissão pela qualidade de seus trabalhos. Entre seus clientes incluíam-se o Banco Itaú, a Johnson & Johnson, a Sadia, e inúmeros outros, mas nenhum da área governamental, que eu recusava por não aceitar certas condições que prevaleciam na ocasião. E isso tornava a agência ainda mais respeitada.

Duailibi era muito solicitado para falar em empresas, universidades, congressos e já havia feito palestras no Centro de Estudos de Pessoal, do Leme, na AMAN, no Comando Militar do Sudeste e em outros comandos militares. Palestrante que se preparava com muito carinho, suas apresentações, coletando informações sobre a audiência, o interesse dos participantes e, na época em que não havia YouTube e utilizavam outros recursos, importando filmes de vários países do mundo, através de suas conexões internacionais. No caso das palestras para o Exército, Duailibi importava filmes das Forças Armadas de outros países, que estavam adiantados em sua comunicação com a sociedade civil. As palestras eram bem humoradas e, ao fim de cada uma, os participantes se sentiam recompensados pelas novidades que o publicitário trazia.

“Eu sabia que os militares sentiam uma necessidade imensa de voltar a se comunicar com a sociedade civil”, afirma Duailibi, “depois da experiência dos últimos anos do regime militar”.

Como foi o primeiro contato com a FUNCEB?

Após a palestra fui levado à sala do Gen Gleuber, quando o Gen Synésio expôs a ideia da criação de uma Fundação para recuperar e restaurar os fortes e fortalezas, os caminhos da formação do Brasil, o acervo histórico e artístico da Força Terrestre. Era uma ideia generosa, e que só poderia ser executada por uma instituição civil, já que se alguma doação fosse feita diretamente ao Exército, o dinheiro teria de passar pelo Tesouro Nacional e nesse trâmite muitas vezes acabava sendo usado para outros projetos. Fui então convidado a participar da Fundação, o que para mim era um sacrifício, pois já participava de várias entidades em caráter pro bono. A principal tarefa, na ocasião, além da administração da agência, era levantar fundos para a construção do novo Hospital Sírio-Libanês, a contribuição com a Fundação Mata Atlântica e a consolidação da ESPM, Escola Superior de Propaganda e Marketing, além de outras atividades. Mas quem pode resistir ao apelo do Gen Synésio? Voltei a São Paulo e, curiosamente, já a bordo comecei a visualizar de que forma poderia colaborar. Depois de alguns dias respondi ao Gen Synésio que aceitava a tarefa.

O que a FUNCEB é diferente das outras entidades?

Desde o começo entendi assim: a FUNCEB é uma empresa prestadora de serviços na área cultural, para satisfazer a necessidade de pessoas interessadas na História do Brasil e dispostas a contribuir para a preservação de nossa memória.

Quem são seus clientes? Não é o Exército, nem é o Estado. É todo o povo brasileiro, que através da cultura e do conhecimento do passado, pode vir a amar ainda mais a sua pátria.

Concomitantemente, a ação da FUNCEB aproximaria o Exército da sociedade civil e poderia ajudar na autoestima dos membros das Forças Armadas.

Que outros serviços a empresa presta?

O que eu aprendi com a atividade de levantamento de fundos, é que os doadores ficam agradecidos quando você traz uma proposta que é, ao mesmo tempo, uma missão. As pessoas estão em busca de um propósito para suas vidas. Criar projetos e oferecer a participação é um grande serviço.

Dando uma cara civil à Fundação, minha primeira contribuição foi eliminar a preposição “do” no nome original: Fundação Cultural do Exército Brasileiro. Não. A entidade deveria se chamar Fundação Cultural Exército Brasileiro e deixar claro que era uma sociedade civil. Era preciso eliminar também os aspectos gráficos típicos da Força: escudos, armas, tipografia gótica e slogans que são comandos. Ela deveria ter um bom logotipo, contemporâneo, uma “cara” de empresa urbana moderna. Isso tudo acompanhado de papel de carta, envelopes, cartões de visita. Na verdade, foi o que se chama profissionalmente de “branding” - uma personalidade visual própria e memorável. Para esse fim solicitei a colaboração de meus colegas artistas, de São Paulo e do Rio, que se engajaram na tarefa com entusiasmo. Fomos uma das primeiras instituições a criar um site próprio, apresentando-se digitalmente de maneira profissional.

Como começou seu relacionamento com o Exército?

Na verdade começou nas memórias da infância. Eu nasci em Campo Grande, Mato Grosso, então sede da 9ª Região Militar, em ple-

na década de 40, quando havia ainda aquele clima de II Guerra Mundial e o ódio cultivado pelo getulismo a São Paulo.

A presença do Exército era importante. Os desfiles das tropas em 7 de Setembro e no Dia do Soldado eram uma glória para a pequena cidade, com a banda marchando, os veículos motorizados, os cavalos da Remonta, as motocicletas Harley-Davidson com side-car, que passavam roncando e levantando poeira pela rua principal da cidade, que nem asfaltada era. Além do mais, meu irmão Victor, que era 10 anos mais velho do que eu, fazia o curso do CPOR e, como minha mãe era uma hábil costureira, ele era certamente o aluno com a farda mais elegante de todo o Exército Brasileiro. Há até um episódio que ficou na memória da família. Certa ocasião, Victor juntou os três irmãos mais novos (eu tinha 8 anos) para contar um segredo, que não poderia ser revelado, sob hipótese alguma, para nossa mãe: “Se a guerra durar mais três meses, eu serei chamado para lutar na Itália”. Era uma perspectiva horrorosa. Dias depois, numa dessas brigas entre irmãos, tivemos uma desavença e Victor me deu um forte cascudo. Chorando, resolvi me vingar dele e contar para minha mãe o segredo que Victor pedira que não poderia ser revelado. Entrei chorando na loja, onde minha mãe atendia uma cliente muito rica. “Por que você está chorando?” Entre lágrimas e coçando a cabeça de dor, me vinguei: “O Victor me contou que se a guerra durar mais, ele vai para a Itália”. As duas mulheres interpretaram a revelação como uma prova de amor ao irmão mais velho. “Mas que menino amoroso! Ele está preocupado com o irmão!” E me abraçaram, querendo me consolar. Senti-me um completo idiota.

Os primeiros tempos.

Depois da reunião na sala do Gen Gleuber, criou-se a ansiedade para executar a primeira missão – a restauração do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial. Era preciso preparar uma boa apresentação,



General Synésio, General Ademar e Roberto Duailibi, em cerimônia no Rio de Janeiro

mostrando a urgência da obra, já que a água do mar estava invadindo os túmulos. E procurar os patrocinadores. Fizemos uma lista de empresários conhecidos e marcamos reuniões. Tivemos sorte já numa das primeiras reuniões, com o Dr. Olavo Setúbal, presidente do Banco Itaú, que providenciou uma doação generosa. Filho do historiador Paulo Setúbal, o Dr. Olavo costumava dizer que o Brasil era o resultado do esforço de três instituições: o Estado, a Igreja e o Exército.

Outras contribuições?

Tivemos também o apoio da Petrobrás, através de seu presidente Carlos Gross, e do BNDES — e aqui cabe uma menção especial a um dos presidentes do Banco, o intelectual Carlos Lessa, pessoa sensível que olhava com carinho nossos projetos. Foi com a presença pessoal de Lessa e das pessoas que ele costumava atrair, que a FUNCEB fez a restauração da Fortaleza de Santa Cruz, um trabalho magnífico, fez a restauração da Igreja do Bom Jesus da Coluna, nos terrenos do Exército no Fundão e, ao mesmo tempo, pôde formar soldados do Forte de Copacabana como restauradores das imagens

sacras. Ele também nos ajudou no plano infelizmente não realizado de restaurar o sítio de Guararapes.

Nesse processo todo, o Gen Synésio sempre foi o líder incontestado da instituição, participando de todas as reuniões, coordenando os trabalhos, convencendo os amigos a participar dos Conselhos, conseguindo patrocínios para a revista *DaCultura* e para a Rádio Verde-Oliva.

Qual o futuro da FUNCEB?

Da mesma forma que a FUNCEB começou com um projeto de impacto, ela deve viver de projetos grandiosos. Neste sentido, para a sobrevivência da entidade, a criatividade é fundamental.

A realidade é que hoje a grande tarefa é a da sobrevivência física – manter a sociedade superavitária, mesmo com os poucos recursos que estão entrando. A equipe comandada pelo Gen Genial tem conduzido bem essa missão.

Há muita coisa a fazer, pois à medida que o tempo passa, mais objetos de memória precisam da intervenção da FUNCEB para preservá-los. É um trabalho que nunca acaba.

Na área da educação também há muito a fazer, e a publicação da coleção “Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro” é um trabalho de gigantes.

Com a presença do Gen Mourão na área da Amazônia, vejo também imensas oportunidades nessa imensa região. Mourão sempre foi um bom amigo da FUNCEB.

Aliás, tenho muito orgulho de ter em casa o bastão de comando que pertenceu ao Gen Rodrigo Otávio.

Outra área em que podemos entrar é a da saúde. Saúde é inseparável da cultura.

Foi importante o Waldir Siqueira aceitar a presidência da FUNCEB: ele conhece a instituição desde o seu primeiro momento. E já atraiu gente boa. Vejo como promissora a presença, entre outros, do Eduardo Simon, um dos grandes executivos jovens do país.

Mas é urgente divulgarmos mais a nossa causa, para atrair novos talentos que, no longo prazo, possam assumir a tarefa que essa geração atribuiu a si mesma. Nisso tem uma função importante a Rádio Verde-Oliva, a revista *DaCultura* (cada dia melhor) e as redes sociais. E na hora que nós pudermos contratar um jornalista que tenha ótimas relações nas redações dos jornais, das revistas e das emissoras de rádio e televisão, e que produza conteúdo, aí seria o ideal.

“Ganhei mais do que dei”

Ganhei muito aceitando trabalhar voluntariamente para a FUNCEB. Conheci algumas das pessoas mais inteligentes, mais desprendidas, mais patrióticas, gente como o Gen Synésio, o Gen Gleuber, a figura exponencial do Gen Roberto Albuquerque, o Gen Enzo Peri, o Gen Rêgo Barros, a dedicação do Gen Genial e sua equipe, como o Cel Paulo e os responsáveis pela revista, o Gen Fayad e o Cel Trindade, que administram tão bem a Banda Sinfônica do Exército e tantos outros com os quais convivi em São Paulo, no Rio, na Bahia, na Amazônia, no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso do Sul.

Os civis que também deram seu tempo e seu talento para a FUNCEB, como o Aluísio Rebello de Araujo, uma pessoa totalmente dedicada ao próximo e cuja obra magistral é o ITACI, Instituto de Tratamento do Câncer Infantil, um hospital de Primeiro Mundo. Sem esquecer o amigo Flávio Corrêa, sempre ativo, a sabedoria do Dr. Sabo, do Waldir Siqueira, da Beatriz Pimenta Camargo.

Conheci dezenas de fortes, fortalezas e quartéis e pude admirar o que o Exército tem feito pela pátria.

Nunca tive uma reunião em que não houvesse uma surpresa agradável.

Olhando retrospectivamente, e já no fim da vida, posso dizer que trabalhar com essas pessoas tornou minha vida muito melhor, e a da minha família, que sempre participou dos trabalhos, das angústias e das vitórias.

Um aspecto enriquecedor, aliás, foi conhecer as esposas de todos esses oficiais, mulheres que enfrentaram condições de vida excepcionais e criaram seus filhos com amor e carinho. Não esqueço dona Antonina e a esposa do Gen Adhemar da Costa, que em 40 anos de serviço do marido, mudou de casa 25 vezes.

Sou muito grato ao Gen Ludwig, que foi o primeiro a me chamar na crise do petróleo, ao Gen Esper, ao Gen Alberto Cardoso, ao Gen Expedito, que está levando adiante um grande projeto. E à velha guarda, Generais Álvaro Augusto Alves Pinto, Castro, Jorge Felix, Joubert, Morgado, ao Cel Petito.

Devo ter omitido algum nome, mas cada um deles acabou ficando em meu coração indelevelmente.



General Roberto Albuquerque e Roberto Duailibi.
O General Albuquerque, ex-Comandante do Exército, sempre foi um grande amigo da FUNCEB

Currículo

ROBERTO DUAILIBI - Próximo aos 85 anos de idade, Roberto Duailibi continua ativamente envolvido em causas nas quais acredita. Membro da Academia Paulista de Letras onde se reúne toda quinta-feira com alguns dos intelectuais mais importantes de São Paulo, colabora ainda como Conselheiro Emérito da ESPM, Escola Superior de Propaganda e Marketing, onde, ainda muito jovem, administrou aulas de Redação Criativa e definiu a filosofia pedagógica dessa que é a maior escola de comunicação do continente. Em 1968 fundou, juntamente com José Zaragoza e Francesc Petit, a agência DPZ, que durante 50 anos revolucionou a propaganda brasileira, tendo criado algumas das campanhas mais memoráveis para importantes clientes. Duailibi é ainda da diretoria da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, onde colabora para o levantamento de fundos que permitem adquirir remédios, equipamentos, talentos médicos e pesquisas médicas, assim como da Fundação Criança, que administra o notável ITACI, Instituto de Tratamento de Câncer Infantil. Autor de vários livros, tanto de Técnica de Comunicação, quanto de Planejamento de Marketing, foi o criador da Régua Heurística, que cria alternativas para o complexo planejamento de marketing e que é utilizada no mundo inteiro, por propiciar soluções para problemas mercadológicos. Estudioso da língua portuguesa, publicou oito livros dedicados às possibilidades comunicativas de nossa rica linguagem, através de frases de grandes autores.

Nascido em 1935 na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, cresceu num ambiente fervilhante. Na época, na cidade, falava-se o português, o espanhol, o árabe, o francês e no colégio de padres salesianos, o italiano. As costureiras paraguaias que trabalhavam na confecção de seus pais, ensinaram-lhe rudimentos de guarani. Na pequena cidade tomou conhecimento da presença do Exército Brasileiro, através da 9ª Região Militar, que admirava. Sua família mudou para São Paulo quando ele tinha 12 anos e ele foi matriculado na Deutsche Schule Vila Mariana, ou seja, o Colégio Benjamin Constant, onde ainda se cultivava o alemão. Em São Paulo, já como sócio da DPZ ou presidente da ABAP, Associação Brasileira de Agências de Propaganda, foi convidado para fazer palestras sobre comunicação a unidades do Exército, que sentiam a necessidade de se reaproximar da sociedade civil. As palestras de Duailibi faziam tanto sucesso que ele passou a ser convidado para praticamente todo evento educativo do Exército, tendo sido, finalmente, convidado pelos generais Gleuber e Synésio a assumir a presidência da FUNCEB, onde realizou um trabalho admirável, tendo percorrido quartéis, fortes e fortalezas de todo o Brasil. Organizou a parte visual da FUNCEB, dando a ela o caráter de sociedade civil, o que propiciou a atração de empresários, banqueiros, artistas, civis interessados nos valores do Exército. Possui condecorações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, além da Polícia Militar de São Paulo. Até hoje colabora com a Revista DaCultura.

Criou uma enorme agenda de amigos nos altos escalões da Força, amizades que cultiva até hoje e das quais muito se orgulha. “Sinto-me ainda muito jovem”, diz Duailibi, “pois tenho interesse permanente em aprender e descobrir as maravilhas do mundo em que vivemos e as pessoas que nele habitam”.

“Pedra, Bronze, Ferro, Alma”



Roberto Duailibi

Conselheiro da FUNCEB e Membro da Academia Paulista de Letras



Se nesses 20 anos a FUNCEB não tivesse outras obras a mostrar – tais como a recuperação do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, a restauração da Fortaleza de Santa Cruz, o Projeto Soldado Cidadão, a restauração da Igreja do Bom Jesus da Coluna, a criação da Banda Sinfônica do Exército – já justificaria a sua existência a publicação dos quatro volumes da coleção “Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro”.

Grande obra do historiador Adler Homero Fonseca de Castro, tal coleção é resultado do apoio e da determinação do fundador da FUNCEB, General Synésio Scofano Fernandes.

Como projeto, essa seria uma obra impossível de se imaginar – quatro enormes volumes, descrevendo as 1.300 fortificações construídas no Brasil e em regiões circundantes, ao longo dos 500 anos de existência do território sob proteção do Exército e da Marinha.

É inacreditável que tenhamos chegado a esse quarto volume com a riqueza de informações que o Professor

Adler e sua equipe conseguiram coletar. Não apenas sobre a escolha estratégica da localização de cada uma das 486 fortificações das regiões Sudeste e Sul, o que em si já revela o conhecimento de cada palmo do chão brasileiro obtido com enorme sacrifício pelos engenheiros e cartógrafos do Exército. A isso se acrescentam as características construtivas de cada fortaleza, e os sacrifícios para levantar as suas muralhas, o transporte das pedras, as técnicas para seu erguimento, enquanto que nos arredores formavam-se roças, fazendas, comércio, aldeias e cidades. A descrição de cada batalha das quais os fortes participaram. Fascinante também é conhecer os personagens civis e militares de sua história, os planos de defesa, os projetos de ataques a inimigos que se aproximavam, as tensões, as emoções, o heroísmo, muitas vezes a sofrida retirada.

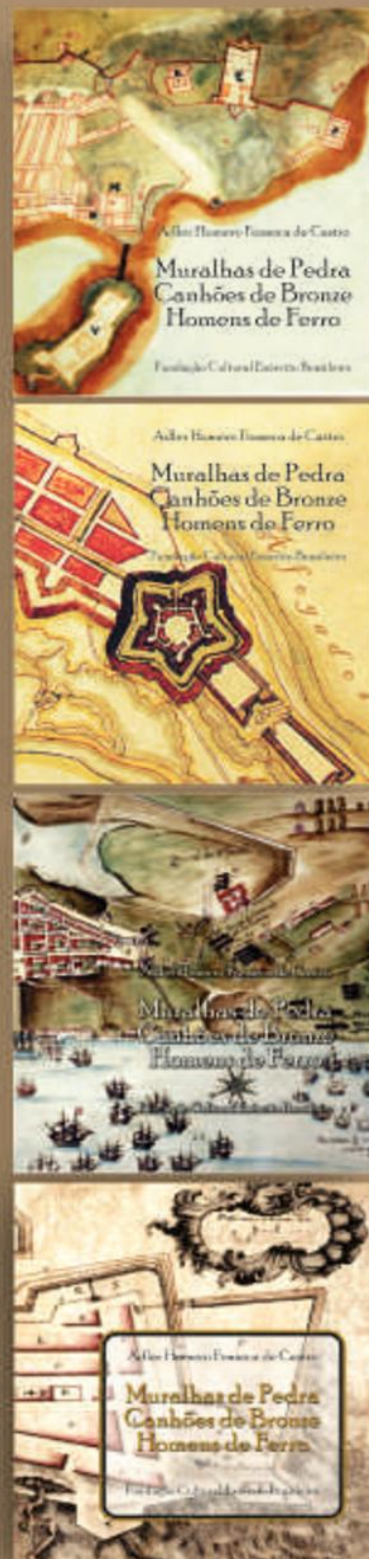
O Professor Adler relata também as lendas - e são muitas - em torno de cada fortificação, assim como as versões reais.

Cada uma de suas 600 páginas é enriquecida com as plantas originais, obtidas nos arquivos históricos do Brasil, de Portugal, da Espanha, acompanhadas de croquis, e ainda fotos atuais e ilustrações. Um trabalho de cinco anos, com inúmeras viagens e hospedagem em hotéis de trânsito e pensões particulares dos lugares mais remotos.

Ao abrir o enorme volume, você chega a duvidar que conseguirá lê-lo todo - até começar a folhear suas páginas. Leitura que nos fascina, transporta-nos a outros tempos. Informa e entretém mais do que qualquer documentário em outras mídias - pois o livro mantém o fascínio do cenário mais poderoso, que é a imaginação humana.

A leitura é inspiradora para nos mostrar que, por maiores que sejam hoje nossas dificuldades, como são pequenas comparadas ao que nossos antepassados passaram. Construir obras de defesa em lugares isolados, enfrentando o calor extremo, os mosquitos, as moscas, as aranhas, as cobras, a saudade de casa. As noites mal dormidas, a treva com seus fantasmas e ruídos estranhos, nenhum conforto. E continuar construindo, apesar da malária, das diarreias, da falta de água potável, da morte das sentinelas nos ataques traiçoeiros de inimigos. A isso se acrescentem as tempestades torrenciais, falta de alimentos, o controle da indisciplina. E, finalmente, o enfrentamento de inimigos cujo objetivo primeiro era degolar os vencidos. Nada se compara. A cada um desses homens e mulheres devemos ser gratos hoje.

Os quatro volumes de "Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro" honram não apenas a FUNCEB, a história militar do Brasil, mas a própria instituição de nossas Forças Armadas, representadas pela alma nacional da Marinha e do Exército.



O Papel da Integração Civil-Militar para a Segurança & Defesa

Um breve estudo que caracteriza o papel da integração civil-militar para a Segurança & Defesa e reflete sobre a sua aplicação no cenário brasileiro do século XXI.

Neste esforço, o artigo ilumina esforços que contribuam com a Segurança & Defesa, facilitando a integração das instâncias estatais na prevenção/gerenciamento de crises, conforme demanda contida na Política Nacional de Defesa (2012).¹



Daniel Mendes Aguiar Santos

INTRODUÇÃO

O cenário mundial hodierno tem sido caracterizado por uma instantaneidade das comunicações e pela recorrência do surgimento de tecnologias disruptivas, que tem ampliado os desafios ao gerenciamento da Segurança & Defesa no âmbito dos Estados Nacionais. Neste cenário, cabe evidenciar: a expansão exponencial da *Internet of Things (IoT)*²; o emprego crescente da Inteligência Artificial (AI); a utilização de criptomoedas, apoiadas pela tecnologia *Block Chain*³; a polarização na disputa mundial pela liderança na prospecção da tecnologia 5G, opondo China e EUA; a criação de *Space Forces*⁴ no âmbito das Forças Armadas das grandes potências militares; o em-

prego de drones para o uso da força letal em quadros conflitivos; a nova corrida nuclear promovida pelo Irã; o desenvolvimento de mísseis nucleares de longo alcance pela Coreia do Norte; a permeabilidade do crime organizado internacional nas fronteiras estatais etc. Mais do que nunca intensifica-se a disputa pelo poder - mundial, regional e dentro dos próprios Estados Nacionais.

Dentre os inúmeros entendimentos possíveis, o “poder” pode ser percebido como a capacidade de obter resultados materiais ou comportamentais desejados. No âmbito do Estado, a política é o instrumento que dirige o Poder Estatal, tanto no

que tange ao poder como recursos, quanto ao poder como comportamento, visando à consecução dos interesses nacionais. Na visão de Nye (2012), a concreção de tal poder é dada pela reunião de capacidades ligadas aos recursos humanos, aos recursos naturais, à infraestrutura e às armas. Inevitavelmente, é essencial a configuração de uma dinâmica própria à gestão do Poder Estatal, capaz de mobilizar todo o seu potencial nacional (BOBBIO, 1987).

Neste sentido, ao longo do século XX, em todo mundo, observou-se a ascensão de instrumentos próprios à gestão do Poder Estatal, com destaque à consolidação do modelo denominado *New Public Management*⁵, delineado para fazer a administração pública atuar como uma empresa privada, obtendo mais eficiência na concreção dos objetivos nacionais (MOTTA, 2013). Consequentemente, a evolução do referido modelo instigou o debate acerca das Políticas Públicas, definidas como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (DYE, 1975, p.02).

No campo da Segurança & Defesa, ao pensar a gestão dos objetivos nacionais, observa-se que “países que mantêm um quadro adequadamente equilibrado de relação entre civis e militares desfrutam de grande vantagem na busca de segurança” (HUNTINGTON, 1957, p.19). Portanto, as relações civis-militares tornam-se um instrumento essencial à concepção de políticas públicas relacionadas à Segurança & Defesa, demandando um equilíbrio na sua condução.

Sob este prisma, este artigo tem como objetivo caracterizar o papel da integração civil-militar para a Segurança & Defesa e refletir sobre a sua aplicação no cenário brasileiro do século XXI. Para tanto, o texto é iniciado com esta breve introdução e, a seguir, desenvolvido ao longo das seguin-

tes seções: apontamentos teóricos e conceituais; considerações acerca do cenário brasileiro; e, por fim, uma breve conclusão.

APONTAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

No campo da Segurança & Defesa, ao pensar as relações civis-militares, Samuel Huntington (1957), cientista político americano, observa que o soldado adquire uma responsabilidade tripla perante o Estado: “representativa” (agente estatal encarregado da segurança militar do Estado); “consultiva” (assessor das linhas de ação referentes ao poder militar) e “executiva” (executor da decisão estatal). Logo, “a relação entre civis e militares constitui um dos aspectos da política de segurança nacional. O objetivo da política de segurança nacional é fortalecer a segurança das instituições econômicas, sociais e políticas contra ameaças [...]” (HUNTINGTON, 1957, p.19).

Por seu turno, Janowitz (1967), sociólogo americano, entende que a instituição militar é a principal fonte da filosofia ou política que salienta o uso da força na resolução de conflitos, nacionais ou internacionais. Neste contexto, o autor evidencia o caráter ímpar da capacitação do soldado profissional, o qual deve dominar, tanto os aspectos técnicos da operação dos meios de guerra (crescentemente complexos e tecnológicos), mas também os inúmeros desafios à Segurança & Defesa que combinam complexidade e tirocínio. Assim, tal processo de capacitação torna o soldado profissional um valioso assessor do poder político.

Neste diapasão, Migon (2013; 2014) evidencia duas abordagens contemporâneas, que caracterizam a evolução dos pensamentos acima descritos em face da dinâmica do século XXI.

Primeiramente, a perspectiva da administração dos EUA, onde o modelo intitulado *Whole of Government (WoG)*⁶ é o instrumento de gestão que passou a ser empregado para avaliar a eficiência da administração pública no enfrentamento dos desafios à Segurança & Defesa, medindo: a eficácia da ação diplomática; a eficácia das equipes civis-militares atuantes no terreno; as respostas às ameaças ligadas aos *Failed States*⁷ etc (FRANKE; DORFF, 2012). Em segundo lugar, a perspectiva da administração do Reino Unido, que se baseia na premissa de que o grau de interação entre civis e militares tem se aprofundado em face das demandas específicas, advindas do modelo de operações que ascendeu com o término da Guerra Fria, em especial por meio das ações desenvolvidas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e pelas Nações Unidas (KORSKI, 2009).

Neste contexto, por ocasião da Guerra do Golfo (1991) e da consequente mobilização de uma coalizão entre as referidas organizações para a liberação do Kuwait (então ocupado por forças iraquianas), observou-se a ocorrência das então chamadas *Effects Based Operations (EBO)*⁸, que prefiguraram um modelo de integração civil-militar para situações de crise. Na sequência, com o curso das campanhas do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003), somadas à transformação militar ocorrida nos EUA e ao debate acadêmico internacional, o modelo de integração evoluiu para o que se denominou de *Comprehensive Approach*⁹, baseado no emprego integrado do potencial nacional em prol da gestão civil-militar de crises e/ou conflitos (CÓLON, 2011).

O *Comprehensive Approach* é caracterizado pela interdisciplinaridade (ações militares, civis e policiais) e pela multidimensionalidade (integração de todo po-

tencial nacional), implicando um esforço interagências para a condução das operações. Tal abordagem avançou: no âmbito das *Full Spectrum Operations*¹⁰ e *Unified Operations*¹¹ configuradas pelos EUA (Afeganistão e Iraque); nas operações contemporâneas ativadas pela OTAN; e nas missões multidimensionais ativadas pelas Nações Unidas - no Haiti, no Congo, no Sudão do Sul etc (SCHNAUBELT, 2009).

No curso das operações em si, a qualidade da interação entre agências civis e militares pode ser graduada nos graus de: coexistência (mais fraca); consciência; mitigação de conflito; cooperação; coerência; e integração (mais intensa) e, portanto, experimentar resultados distintos, de acordo com o grau de interação alcançado (OTAN, 2013). Sob este prisma, a OTAN desenvolveu a capacidade denominada *Civil-Military Cooperation*¹² (CIMIC), com o intuito de solucionar os desafios advindos da relação entre civis e militares na condução de operações, ferramenta militar para integrar o vetor civil à luz de um esforço unificado (KASSELMAN, 2010). De forma similar, em 2010, a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a desenvolver a capacidade denominada *Civil-Military Coordination*¹³ (UN-CIMIC), no intuito de integrar os seus componentes (civil, militar e policial), em especial na proteção de civis (MACDERMOTT; HANSSEN, 2010).

Observados os apontamentos teóricos e conceituais, em uma síntese apertada, verifica-se que tanto a administração dos EUA, quanto a administração do Reino Unido absorveram a importância de pensar e avançar na integração de estruturas civis e militares, desde o nível da política nacional, até as ações *on the field*¹⁴, evidenciando a busca de ações sinérgicas, sob o escopo de uma gestão integral, para a Segurança & Defesa (MIGON, 2013; 2014).

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CENÁRIO BRASILEIRO

Ao contemplar o contexto brasileiro, observa-se que a visão contemporânea de planejamento governamental, baseada na *New Public Management*, foi implementada a partir dos anos 1990, conduzindo a administração pública para uma gestão orientada para resultados, incluindo a área da Segurança & Defesa (MIGON, 2013; 2014). Neste sentido, em 1996, o Brasil promoveu a edição de uma Política de Defesa Nacional (PDN), seguida da criação do Ministério da Defesa (MD) em 1999, incorporando a Segurança & Defesa na agenda nacional (NUNES, 2012).

Dando sequência a este processo, em 1999, a Lei Complementar nº 97 normatizou a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Ademais, especificou as condições para atuação das Forças Armadas em Garantia da Lei e da Ordem (GLO) pontuando que “[...] ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, depois de esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública [...]” (BRASIL, 1999).

Na sequência, em 2004 e em 2010, as Leis Complementares nº 117 e 136, respectivamente, estabeleceram novas atribuições para as Forças Armadas, dentre elas: atuação na faixa de fronteira terrestre e marítima; atuação no espaço aéreo de forma permanente; cooperação com os órgãos federais na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional; e cooperação com órgãos públicos em obras e serviços de engenharia (BRASIL, 2004; 2010).

Tais atribuições alavancaram a demanda por uma ‘**atuação interagências**’, definida como a “[...] sinergia de esforços envolvendo órgãos governamentais e não governamentais, podendo ser nacionais e/

ou internacionais, estruturados para alcançar objetivos políticos e estratégicos de interesse nacional, harmonizando culturas e esforços diversos, em resposta a problemas complexos [...]” (BRASIL, 2017, prefácio).

Neste contexto, em 2005, a então Política de Defesa Nacional (PDN) foi renovada e, em 2008, avançou na forma de uma Política Nacional de Defesa (PND) e de uma Estratégia Nacional de Defesa (END), cujo ciclo de atualização se tornou mais um marco para a integração civil-militar em prol da Segurança & Defesa (OLIVEIRA, 2009). Em especial, a PND-END (2012) apontaram, dentre as capacidades primordiais a serem obtidas - a ‘**interoperabilidade**’, entre as Forças Armadas; e a ‘**complementaridade**’, das Forças Armadas com outros órgãos/agências, civis e militares (BRASIL, 2012b).

Neste ínterim, em 2007, foi consolidada a Doutrina Militar de Defesa (DMD), reafirmando o modelo do Poder Nacional (PN)¹⁵. Tal modelo prima pela ativação sinérgica dos meios da nação, no intuito de alcançar os objetivos nacionais, integrando as expressões política, militar, econômica, psicossocial e científico-tecnológica (BRASIL, 2007). Neste modelo, a Expressão Política se destaca, uma vez que fixa os objetivos nacionais, enquanto a Expressão Militar enfatiza o emprego da força, ou a possibilidade de usá-la, como o seu instrumento ímpar (ESG, 2009).

Sob este prisma, o emprego das Forças Armadas pode ocorrer nas situações de “guerra” e “não guerra”. No caso das situações de “guerra”, a Expressão Militar avança na gestão da violência máxima, sob a égide da missão constitucional de defesa da Pátria. Por outro lado, nas situações de “não guerra” a Expressão Militar (no âmbito interno e externo) não contempla o uso cabal da força, mas fica circunscrita por epi-

sódios e dispositivos específicos, tais como: a garantia dos poderes constitucionais; a garantia da lei e da ordem; as atribuições subsidiárias; a prevenção e combate ao terrorismo; e as ações sob a égide de organismos internacionais (BRASIL, 2007).

Em que pesem os progressos obtidos na elaboração e na gestão dos documentos de Defesa, bem como no fomento da integração civil-militar, quando se observa o cenário desafiador do século XXI, vislumbra-se a janela de oportunidade para avançar em uma maior integração civil-militar na gestão dos desafios que incidem sobre o espectro da Segurança & Defesa.

Em um primeiro plano, há espaço para uma maior integração civil-militar em prol da perspectiva da ‘**unidade de esforços**’. Sob o prisma da atuação interagên-

cias, trata-se do princípio de emprego caracterizado como “empreendimento cooperativo mais relevante da atualidade, [...] envolve, além das Forças Armadas, grande número de órgãos e entidades da administração pública. Em algumas situações, organizações não governamentais, empresas privadas e organismos internacionais” [...] (BRASIL, 2017, prefácio). Em um segundo plano, observa-se o potencial para imprimir mais sinergia à perspectiva da ‘**ação unificada**’. No bojo da atuação interagências, trata-se da: “sincronização, coordenação e/ou integração de ações de agências com as operações militares para alcançar a unidade de esforços (BRASIL, 2017, p. 47).

Em suma, avançando nestes aspectos, sob o prisma da integração civil-militar, estima-se a obtenção de uma maior

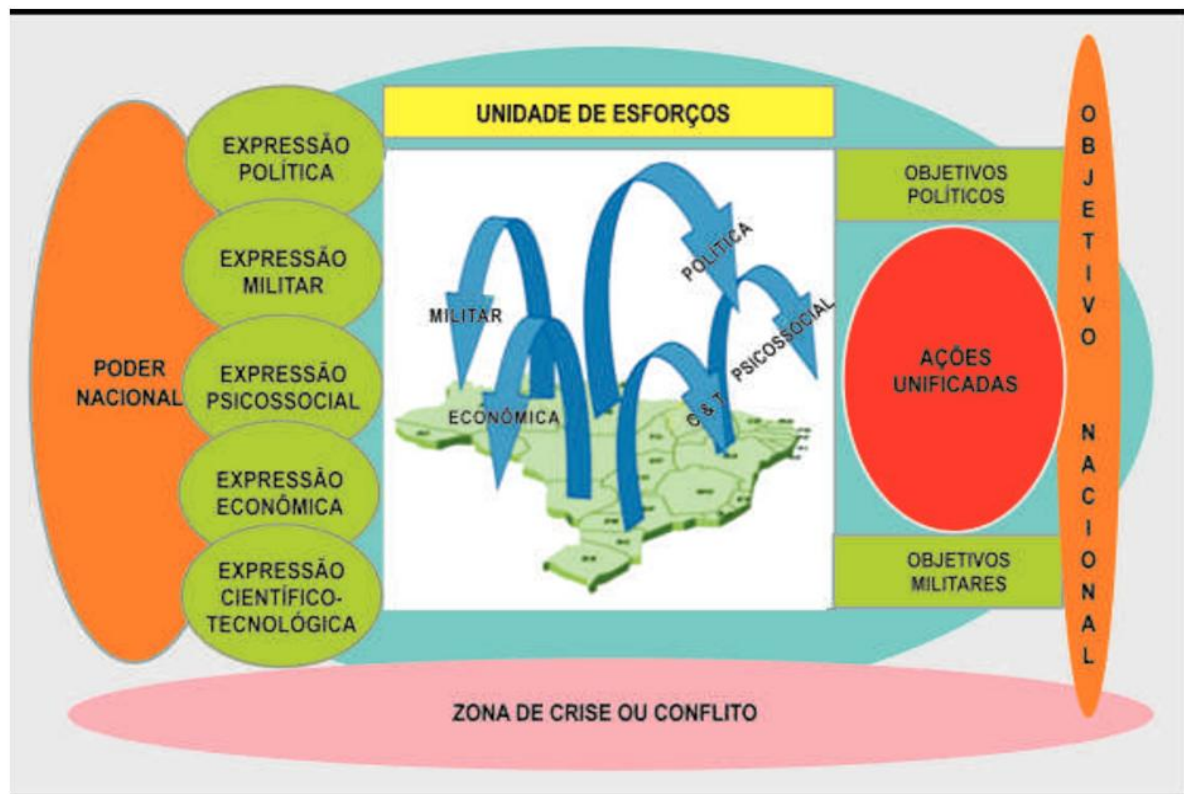


Figura 1 - Modelo Explicativo 'Unidade de Esforços' e 'Ações Unificadas'
Santos, Maltez, Gomes, Freitas e Sanders (2019)

eficiência das ações em prol da Segurança & Defesa (Figura 1). Assim, a maximização da 'unidade de esforços' tende a facilitar o entendimento comum do problema gerador da crise/conflito, estimulando uma interpretação integral do desafio a ser respondido e, assim, tende a ampliar o fluxo de inteligência necessário ao processo decisório estatal. Como consequência, estima-se a obtenção de condições mais favoráveis para a implementação de uma 'ação unificada', colimando as cinco expressões do Poder Nacional e, portanto, gerando uma resposta sistêmica e sustentável aos desafios que orbitam a esfera da Segurança & Defesa, conforme ilustrado.

CONCLUSÃO

Este breve estudo buscou caracterizar o papel da integração civil-militar para a Segurança & Defesa e refletir sobre a sua aplicação no cenário brasileiro do século XXI.

Em síntese, verifica-se a oportunidade de o Estado Brasileiro avançar na modelagem de uma abordagem sistêmica para a gestão de crises/conflitos relacionados à Segurança & Defesa, aproveitando as experiências advindas das concepções do *Whole of Government* (EUA) e do *Comprehensive Approach* (OTAN), para assim maximizar a integração civil-militar e sistematizar o esforço interagências. Como

resultado, estima-se que a administração estatal tenha melhores condições para avançar na construção de um modelo próprio, capaz de colimar o potencial nacional brasileiro em prol da resposta aos desafios hodiernos à Segurança & Defesa.

À guisa de conclusão, observa-se um momento potencial para que o Estado Brasileiro avance na concreção de uma política pública permanente, que consolide o potencial do Poder Nacional, sob a égide de uma 'unidade de esforços' das suas cinco expressões, observando a integração civil-militar como ferramenta crucial. Desta maneira, o poder estatal tende a ser mais eficaz na condução de 'ações unificadas', tanto na prevenção, quanto na gestão de crises/conflitos.

Finalmente, verifica-se que a ampliação da integração civil-militar, estribada em políticas de estado, é um aspecto primordial para o planejamento e para a gestão da Segurança & Defesa. Neste sentido, o estudo buscou contribuir com a demanda contida na PND (2012), iluminando uma direção para a integração das instâncias estatais na prevenção/gerenciamento de crises. A seguir, estudos que avancem nesta temática poderão tornar mais fluido o diálogo entre a Ciência Política e as Ciências Militares, otimizando o esforço em prol da Segurança & Defesa do país.

Referências

- BOBBIO, Norberto (1987). *Estado, Governo, Sociedade: para uma Teoria Geral da Política*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
- BRASIL (1999). *Lei Complementar nº 97*. Normas gerais para organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF.
- BRASIL (2004). *Lei Complementar nº 117*. Altera a Lei Complementar nº 97, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF.
- BRASIL. Ministério da Defesa (2007). *Doutrina Militar de Defesa (MD51-M-04)*. Brasília, DF.
- BRASIL. Ministério da Defesa (2012 a). *Política Nacional de Defesa (PND)*. Brasília, DF.
- BRASIL. Ministério da Defesa (2012 b). *Estratégia Nacional de Defesa (END)*. Brasília, DF.
- BRASIL. Ministério da Defesa (2017). *Operações Interagências (MD33-M-12)*. Brasília, DF.
- COLÓN, G. (2011). Das Operações Baseadas em Efeitos à *Comprehensive Approach*. *Nação e Defesa*, v.129, n.5, pp. 221-235.
- DYE, Thomas (1975). *Understanding Public Policy*. NJ, Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (2009). *Manual Básico: elementos fundamentais*. Rio de Janeiro: ESG.
- FRANKE, V. C.; DORFF, R. H. (2012). *Conflict management and Whole of Government: useful tools for US National Security Strategy?* USA, Carlisle Barracks, US Army War College Press.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1957). *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*. USA, Harvard University Press.
- JANOWITZ, Morris (1967). *O Soldado Profissional: Estudo Social e Político*. GRD.
- KASSELMAN, Hans-Jürgen (2012). Civil-Military Cooperation: A way to resolve Complex Crisis Situations". *Prismv*. 4, n.1, pp.17-29.

- KORSKI, D. (2009). British Civil-Military Integration. *The RUSI Journal*, v. 154, n.6, pp.14-24.
- MACDERMOTT, Justin; HANSEN, Måns (2010). *Protection of Civilians: Delivering on the Mandate through Civil-Military Coordination*. FOI Swedish Defense Research Agency, Defense Analysis, User Report.
- MIGON, E. X. F. G. (2013). Segurança, Defesa e as Relações Civis-Militares: (Re) leituras em apoio à construção de uma nova agenda brasileira. *Coleção Meira Mattos: Revista das Ciências Militares*, v. 1, n.1, pp.101-121.
- MIGON, E. X. F. G. (2014). Planning the defense: some reflections. *Coleção Meira Mattos: Revista das Ciências Militares*, v. 2, n.1, pp.41-63.
- MORGENTHAU, Hans J. (1968). *Politics among Nations: the struggle for Power and Peace*. USA, New York, Ed. Knopf.
- MOTTA, P. R. D. M. (2013). O estado da arte da gestão pública introdução. *Revista de Administração de Empresas*, v. 53, n.1, pp.82-90.
- NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION (2013). *Allied Joint Doctrine for Civil Military Cooperation* (NATO Standard AJP-3.4.9). NATO Standardization Agency.
- NUNES, R. F. (2012). O Instituto Meira Mattos da ECEME e o processo de transformação do Exército Brasileiro. *Coleção Meira Mattos: Revista das Ciências Militares*, v. 2, n.26.
- NYE, Joseph S. (2012). *O futuro do Poder*. São Paulo, Ed. Benvirá.
- OLIVEIRA, E. Rizzo(2009). A Estratégia Nacional de Defesa e a reorganização e transformação das Forças Armadas. *Interesse Nacional*, v. 2, n.5, pp.71-83.
- SANTOS, Daniel Mendes Aguiar; MALTEZ, Marcelo Monteiro Maltez; GOMES, Túlio Endres da Silva; FREITAS, Gerson de Moura; SANDERS, Andrew (2019). A Arte da Guerra no Século XXI. *Coleção Meira Mattos: Revista das Ciências Militares*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 46, pp. 83-105.
- SCHNAUBELT, C. M. (2009). Complex operations and interagency operational art. *Prism*, Washington, DC, v. 1, n. 1, pp. 37-50.

Notas

- ¹ Inicialmente, esta temática foi discutida no XVI Ciclo de Estudos Estratégicos organizado pela ECEME, de 05 a 07 Jul de 2017, RJ. Neste contexto, o presente artigo é um dos dividendos do Projeto Interdisciplinar desenvolvido pelo Curso de Comando e Estado-Maior (2016-2017), que versou sobre a Segurança Integrada.
- ² Trata-se da interconexão digital de objetos cotidianos com a internet, evidenciando uma rede de objetos físicos com capacidade de conexão (veículos, instalações, sensores, infraestrutura etc), aptos a reunir e transmitir dados.
- ³ Trata-se de tecnologia de registro distribuído que visa à descentralização como medida de segurança, cuja função é criar um índice global para todas as transações que ocorrem em um determinado mercado.
- ⁴ Trata-se de uma força militar que se prepara ou conduz a guerra espacial. Como exemplo, os Estados Unidos estabeleceram a sua Força Espacial em dezembro de 2019.
- ⁵ Tradução do autor: Nova Gestão Pública.
- ⁶ Tradução do autor: Governança Integral. Trata-se de atividades conjuntas realizadas por diversos ministérios, administrações públicas e órgãos públicos em prol da resposta de um problema ou questão específica.
- ⁷ Tradução do autor: Estados Falidos. Trata-se de um Estado que se fragilizou e deteriorou de tal forma que as condições e responsabilidades básicas do governo não funcionam mais adequadamente, levando à situação de colapso.
- ⁸ Tradução do autor: Operações Baseadas em Efeitos. Trata-se de uma fase preliminar da integração civil-militar, inicialmente concebida como processo integrado de seleção de alvos, em prol da atuação da Força Aérea dos EUA.
- ⁹ Tradução do autor: Abordagem Integral. Trata-se do conceito estratégico da OTAN (2010), que prima pela gestão de crises/conflitos por meio de uma abordagem integral, envolvendo instrumentos políticos, civis e militares.
- ¹⁰ Tradução do autor: Operações no Amplo Espectro. Trata-se do conceito do Exército dos EUA referente à combinação de operações ofensivas, defensivas e de estabilidade (no exterior) ou operações de apoio civil (no âmbito doméstico).
- ¹¹ Tradução do autor: Operações Unificadas. Trata-se da doutrina do Exército dos EUA que integra a manobra combinada de armas e a segurança em áreas extensas, propiciando a harmonização dos meios para a condução de ações e tarefas táticas inerentes às operações ofensivas, defensivas e de estabilidade.
- ¹² Tradução do autor: Cooperação Civil-Militar.
- ¹³ Tradução do autor: Coordenação Civil-Militar.
- ¹⁴ Tradução do autor: À campo. Trata-se do nível de execução das ações durante o curso das operações.
- ¹⁵ Trata-se do conceito de perspectiva realista configurado por Hans Morgenthau, cujas ideias estão compiladas na obra *Politics among Nations: the struggle for Power and Peace* (1948).

Daniel Mendes Aguiar Santos

Tenente-Coronel do Exército Brasileiro. Doutor em Ciências Militares pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Militares (PPGCM) do Instituto Meira Mattos (IMM), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Atualmente é aluno no *Joint Forces Military University (JFMU)*, Coreia do Sul. E-mail: danielaguiar.mendes@eb.mil.br. Tel: (+82) 10-5708-9062 e (+55) (21) 96737-1978.

Agora, você tem mais
facilidade
em suas mãos.



Acesse.
Simule.
Contrate.

#fiqueemcasa

poupex.com.br



Acenos sobre a contribuição da Engenharia Militar para a *Cabeça do Brasil*

Mário Mendonça de Oliveira

Preconceitos à parte, ninguém pode fazer a historiografia da arquitetura e do urbanismo, principalmente em Portugal e no Brasil, ignorando a contribuição da engenharia militar. Negar isto seria desconhecer, para falar só do Brasil, a contribuição do Sargento-mor José Antônio Caldas, do Capitão Antônio Landi, do Coronel Manoel Cardoso de Saldanha, do Sargento-mor Cosme Damião da Cunha Fidié e assim por diante. Na realidade, os nossos arquitetos só começam a ocupar os espaços que lhe cabem, após a vinda da Missão Militar Francesa e a fundação da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, já no Século XIX. Para a história da engenharia civil, o comprometimento com a engenharia

militar é maior ainda. Ela é **civil**, justamente para diferenciar a formação tradicional, mais antiga, que era somente **militar**. Nos seus primórdios, a Escola Politécnica de Lisboa, instalada no antigo Colégio dos Nobres, era uma repartição do Ministério da Guerra.

Afirma-se, também, o que é verdade, que a engenharia militar era discriminada nos primeiros tempos nos quadros do Exército, ou seja, até o Século XIX, embora algumas vezes fossem os militares mais qualificados e doutos e, consequentemente, alvos da inveja. Outras vezes, longe da corte e das mercês dos soberanos, que destacavam os seus serviços, principalmente pela necessidade que tinham deles, sofriam um

processo de discriminação, especialmente se eram *filhos do Brasil*, como o Sargento-mor José Antônio Caldas, um engenheiro militar competente e dedicado professor, que muito teve do que se lamentar. São inúmeras as representações encaminhadas ao Rei pelos engenheiros militares, pedindo que lhes fossem asseguradas as prerrogativas e honras do seu posto que, não raro, lhes eram negadas por alguns superiores¹. Este fenômeno, de certa forma, ocorria igualmente em Portugal. É esta a razão de muitos engenheiros conservarem na sua titulação de posto a sua arma de origem, onde tinham sentado praça, da qual não abriam mão, para que lhes fosse assegurado prestígio e, em geral, esta arma era a infantaria.

Para dar início ao assunto, dentro das limitações impostas por um texto com finalidade de divulgação geral, desejamos declarar que acreditamos piamente ser a hipótese um instrumento válido para se trabalhar com a historiografia, mas deve ser cercada de todas as reservas e ter um mínimo de fundamento documental para ser utilizada. Um estudioso respeitado pode, sem as devidas ressalvas, criar hipóteses capazes de provocar uma cadeia de equívocos, através de certos historiadores, que costumam transformar algumas afirmativas hipotéticas em verdades insofismáveis. Assim sendo, vamos procurar estribar, na medida do possível, as afirmativas em citações, preferencialmente de fontes primárias, para permitir ao leitor a oportunidade do seu juízo.

Através de levantamentos feitos em Viterbo², como também em Lyra Tavares³, em Sepúlveda⁴, nas listagens que levantamos de desenhos de engenheiros do Arqui-



Figura 1 – Imagem do Fortim de N. S. de Monserrate, cujo projeto quinhentista é atribuído ao italiano Baccio di Philicaya.

Fonte: Inventário de fortificações da Bahia – NTPR/CNPq. Autor Lucas Alves Ribeiro

vo Militar do Exército, em Lisboa, nas plantas assinadas dos arquivos AHU⁵ e GEHFOM⁶, também naquela cidade, e no Arquivo do Exército, no Rio de Janeiro, este número chega praticamente a **trezentos**, ou seja, muito superior ao que alguns estudiosos imaginaram.

Exceção feita ao mestre Luiz Dias, que lançou as bases do traçado inicial da Cidade do Salvador, poderíamos dar início às referências sobre especialistas da engenharia que por aqui andaram, ou que projetaram para a nossa praça, com Baccio di Philicaya ou Filicaya, italiano da Toscana, que aqui esteve, a serviço do Rei de Portugal, no fim do século XVI. (Fig. 1). As informações a seu respeito são muito difusas. Recebeu ele, provavelmente, pela vez primeira, o título de Engenheiro-mor do Brasil, ostentado posteriormente por Frias da Mesquita⁷. Quanto a Turriano e Spanocchi, citados frequentemente nos documentos, que fizeram diversos projetos de fortificação para o Brasil, analisaram e emendaram outros tantos, não há provas de que por aqui estiveram. O primeiro chegou até a ser designado pelo rei de Espanha para

participar da *Jornada de Todos os Vassalos* na libertação da Bahia, em 1625, ocupada pelos batavos. Escusou-se alegando velhice e achaques⁸.

O primeiro engenheiro-mor que merece particular destaque pelos seus trabalhos, tanto na *Cabeça do Brasil* quanto em muitas outras partes da Colônia, foi o Cap. Eng. Francisco Frias da Mesquita. A sua memória foi brindada, em 1945, por uma monografia de Silva-Nigra, que adicionou às informações de Viterbo, elementos interessantes que encontrou em documentos originais no Brasil⁹. Nesta fase, há referência a um engenheiro que veio da praça de Pernambuco para ajudar Frias nas fortificações da Bahia, em 1627, de nome Marcos Ferreira¹⁰.

Existem alguns períodos, no século XVI, em que parece que a praça de Salvador ficou desprovida de engenheiros, aliás não falta documentação que fale desta carência¹¹. Um desses documentários é encontrado logo depois que Frias da Mesquita deixa o Brasil, provavelmente para reforçar as tropas portuguesas na cruzada da Restauração. O último registro de pagamento deste engenheiro na Bahia foi no ano de 1635¹². Esteve, entretanto, engajado nas guerras da Restauração, em 1645 pois o comandante da fortaleza de Outão, dizia em missiva, em 1643;... *A planta della vay com esta, a qual fez o engenheiro Francisco de Frias, que aqui achei, homem velho e de experiencia, e me parece pessoa de gram talento, o que delle posso afirmar he a grande aplicação e cuidado que tem, não só no tocante ao seu officio, mas achandose presente a todos, e me parece pessoa de grande prestimo*¹³. Depois de Frias, verificam-se referências a Pedro Pelifigue, *francês de nação*, que, por carta de 15 de outubro de 1647, passa pela Bahia com Antônio Telles de Menezes¹⁴, voltando a Portugal, em 1650. Em resumo, acontece um intervalo entre Frias e Pelifigue

no qual não se sabe se a Capital do Brasil ficou sem engenheiro titular.

Ainda na época de Pelifigue, veio ter a capital portuguesa da América outro francês, Felipe Guitão, Guitou ou ainda Guitau. Sobre ele existe bastante documentação no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Histórico Nacional do Rio de Janeiro, além do resumo de Viterbo. Os livros de *Mercês*, da Torre do Tombo, sugerem que ele esteve no Brasil duas vezes, morrendo, como indicam os documentos, aqui mesmo, em 1656¹⁵. Quando em Portugal, esteve sempre muito ligado às fortificações de Peniche¹⁶.

Os meados do Século XVII parecem-nos ter sido o momento dos engenheiros franceses, a serviço de Portugal, no Brasil, porque Guitão, sucedeu Pedro Garcim (ou Garim). Era ele combatente veterano, afeito à *guerra brazilica*, nas lutas para a expulsão dos holandeses de Pernambuco. Recebeu a patente de capitão engenheiro de D. João IV, em 1654, em função dos seus bons serviços como técnico e pelo seu destemor como combatente¹⁷. Em 1660, Garcim vem nomeado para a Bahia como capitão de infantaria com exercício de engenheiro. Não se sabe até quando Garcim viveu na Bahia, mas o primeiro grande nome dos profissionais que trabalhou, em seguida, para a capital do Brasil foi o do Capitão Corrêa Pinto.

Antônio Corrêa Pinto é tratado em Viterbo de maneira bem superficial. Sobre tal personagem, todavia, existem muitos documentos, tanto no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, quanto no Arquivo Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Em pinceladas rápidas, para se ter ideia das suas andanças, somos informados pelos documentos que, em 1668, vai nomeado para Pernambuco, por indicação em parecer de Luiz Serrão Pimentel¹⁸, mas, como

era no fim do ano, deve ter embarcado somente no ano seguinte¹⁹. A sua primeira missão foi cuidar do Forte do Brum, em Recife. Em 1671, Alexandre de Souza Freire convoca-o para a Bahia quando terminasse a sua missão²⁰, mas sua Portaria só sai em janeiro de 1674²¹. Ainda neste ano, pede registro da sua patente como capitão engenheiro *ad-honorem*²². No fim de 1674, já está em S. Vicente, pois o governador pede ao Conselho para lhe pagar o soldo. Daí passa a Paranaguá, em 1675, para examinar e mapear as minas, de onde Affonso Furtado Rios de Mendonça lhe pede a planta da cidade em questão²³. De passagem pelo Rio de Janeiro, em 1676, é preso pelo ouvidor Pedro de Unhão Castelo Branco, por estar transportando ouro sem fundição oficial, o que era caracterizado como crime de contrabando, por ser lesivo à Fazenda Real, mas em vista de o Governador Geral necessitar dos seus préstimos, solicita ao governo do Rio que o faça retornar à Bahia *mesmo estando preso*²⁴. Quem consegue salvá-lo da situação vexatória foi um padrinho bastante forte, nada menos do que Luiz Serrão Pimentel, de quem Pinto tinha sido discípulo e que, inclusive, recomendou a sua vinda para o Brasil²⁵. A provisão para a sua soltura só saiu em 22 de novembro de 1677²⁶. No ano seguinte, já era enviado pelo Governador Geral para fazer medições no forte do Brum, em Recife. Não temos dados de quando e onde faleceu.

Conviria, em relação ao episódio da prisão do Capitão Antônio Pinto, destacar um aspecto interessante. Grande parte dos nossos historiadores procura omitir estas passagens desabonadoras das vidas dos personagens da História, o que não consideramos correto. Por exemplo, não se observam referências à prisão do Capitão José Paes Esteves, por envolvimento com medições falsas e conluio com empreiteiros, nem a devassa da vida do ilustre Brigadeiro Massé, por suspeita de con-

trabando, na Bahia, e assim por diante.

Em virtude da necessidade de fortificar Salvador, cuja expugnabilidade era por demais conhecida dos especialistas, o Rei decidiu, então, em função da grande folha de serviços do capitão João Coutinho, mandá-lo à Bahia para fazer um projeto de fortificação da cidade capital. Era um profissional conceituado e experiente, veterano que foi de campanhas no Alentejo, que tinha vindo para Pernambuco²⁷ nomeado como capitão engenheiro *ad-honorem*, em 1676. Ao Brasil já tinha vindo uma vez, em 1649, sob o comando do general Manuel de Miranda Henriques.

O projeto deste engenheiro para as fortificações da Cidade de Salvador, transcrito por ordem expressa do Rei no livro de Transcrição de Cartas Régias²⁸, é o documento de engenharia militar mais importante do século XVII, que conhecemos em relação à Bahia, não só pelas abalizadas observações do experiente Coutinho, como também pelos pareceres anexos dos mais importantes engenheiros do Reino. Na parte final do documento, o engenheiro faz um interessantíssimo estudo de viabilidade econômica do seu projeto, que demonstra a sua cultura geral e o conhecimento da realidade do Brasil, além da sua capacidade técnica como engenheiro militar. É um texto obrigatório para quem estuda a história urbana de Salvador, não obstante terem desaparecidas as várias plantas que integravam o relatório. Grande parte dos projetos de fortificação da Cidade do Salvador feitos no século XVIII, inclusive o do Brigadeiro Massé, louvou-se em observações e propostas de João Coutinho. O mesmo volta a Pernambuco em 1685, onde faleceu, quase em seguida, em 1688, ou pouco antes²⁹.

Sobre o Cap. Eng. José Paes Esteves [Esteves] e seu sucessor na Bahia, o Sargento-mor Antônio Roiz Ribeiro,

muito haveria que se dizer, especialmente sobre o último e sua vida atribulada, sempre colidindo com as estruturas do poder, com a sua feroz honestidade e com sua falta de *discurso*, como dizia o Mestre de Campo Engenheiro Miguel Pereira da Costa. Restringimo-nos, em virtude da amplitude do tema, apenas em mostrar o papel deles nos primórdios da formação do ensino da engenharia militar no Brasil.

Muita gente desavisada repete, até hoje, o que durante muito tempo foi difundido pelo Cel Pirassinunga³⁰, o Gen Lyra Tavares e outros que, mesmo com a Ordem Régia de 1699³¹, a Aula Militar não funcionou na Bahia: *Conquanto representasse esta Carta, como que uma ordem taxativa, não foi ela executada em nenhuma Capitania à exceção da do Rio de Janeiro onde, desde 1698, como vimos, havia preocupação constante naquele sentido*. Não concordamos com isto, e a documentação é muito clara sobre o assunto. Tanto a Aula Militar da Bahia, quanto a de Pernambuco, já tinham iniciado, de maneira informal, antes mesmo da Ordem Régia de 1699. Carlos Ott transcreve portaria do Governador datada de 1696 na qual se lê: *O Capitão Engenheiro José Pais Esteves venha todos os dias à tarde, à casa que tenho destinada junto ao Corpo da Guarda ensinar aos oficiais e soldados e mais pessoas, que quiserem aprender e dar lição da castramentação e da fortificação*³². Há probabilidade de que este ensino informal tenha, até, acontecido antes, já que Antônio Corrêa Pinto, quando foi recomendado para o Brasil, foi declarado capaz de ensinar fortificação.

O primeiro lente oficial da Aula Militar de Salvador foi Antônio Roiz Ribeiro, quando aqui chegou entre 1700 e 1701. Entre as grandes contendas que provocou estavam os seus insistentes pedidos ao Rei, para que fossem dispensados os seus

alunos militares, das guardas e revistas, quando coincidissem com a sua aula³³. Em relação a estas aulas, cabe fazer referência à criação de uma Aula de Arquitetura Militar, o que é um dado de grande importância, tendo como lente o Capitão Engenheiro Gaspar de Abreu, em 1713³⁴.

Ao iniciar-se o Século XVIII, inaugura-se nova fase na engenharia militar e na defesa da “Cabeça do Brasil”, quando passamos a contar com estes profissionais, mais ou menos fixos, para servir à praça. Destaca-se, então, o nome do Mestre de Campo Engenheiro, Miguel Pereira da Costa, que está relacionado em Viterbo, mas merece referência particular em qualquer trabalho que se faça sobre a Engenharia Militar em Portugal e no Brasil. Ele praticamente inaugurou a nova fase das fortificações na Capital do Brasil e tomou parte ativa nos principais trabalhos de defesa executados no Século XVIII³⁵, como os fortes do Barbalho e de São Pedro. Sobre as fortificações da Bahia, apresentou um relatório crítico assaz interessante encaminhado ao Reino em 1710: *Extracto da fortificação desta Praça da Bahia estado em q se acha, remédio de q neççita* [sic]³⁶.

De sua vida conhecemos os sentimentos íntimos da nostalgia desesperadora da terra natal e do seu Alentejo³⁷, sentimentos que o mestre Capistrano de Abreu apelidava de “transoceanismo”. Acabou, contudo, por se acostumar e amar o Brasil. Passaram-se os anos, já com o peso da idade, volta para tratar-se dos achaques em Portugal, porém, ei-lo, em seguida, a pedir ao Rei ajuda de custas para retornar a nossa terra, onde morreu.

Miguel começou a servir em 20 de março de 1699, o que quer dizer que teve uma ascensão rápida na carreira militar. Serviu em Cabo Verde, na Corte e no Alentejo, como soldado, ajudante, capitão

e sargento-mor engenheiro, mas sempre na infantaria. Trabalhou nas fortificações de Serpa e Moura, lutando pela sua defesa e recompondo-as quando o inimigo se retirou. Trabalhou também na fortificação de Mértola. Nomeado Tenente de Mestre de Campo da Bahia em 9 de novembro de 1709, teve a patente registrada no Brasil em 9 de novembro de 1710, lavrada pelo Secretário de Estado Gonçalo Ravasco Cavalcanti e Albuquerque (sobrinho do Padre Antônio Vieira)³⁸.

Como engenheiro fixo da Bahia, viveu em Salvador todo o tempo, só se afastando para alguma missão que requeria o exercício da profissão, como as fortificações de Angola e o levantamento das minas de Rio de Contas, trabalho que mereceu o agradecimento pessoal do Rei, através de carta, pela sua qualidade³⁹. Participou, com o Brigadeiro João Massé,⁴⁰ do grande projeto de fortificação de Salvador, que por muitos e muitos anos foi a referência de todos os engenheiros militares da cidade. O relatório sobre as sobreditas fortificações, que foi à consulta no Conselho Ultramarino, em 1716⁴¹, tinha como signatários, além de Massé e Miguel Pereira da Costa, o Capitão Engenheiro Gaspar de Abreu, lente da Aula Militar de Arquitetura. Dois discípulos desta aula e futuros distintos engenheiros da praça da Bahia, Gonçalo da Cunha Lima e João Batista Barreto, foram nomeados, nesta época, Ajudantes de Engenharia e tiveram como complementação dos seus conhecimentos, a oportunidade de trabalhar como colaboradores deste importante projeto.

Miguel Pereira da Costa é, como já dissemos, um daqueles engenheiros militares sobre quem existe muita documentação. Há que se fazer, todavia, referências a outros importantes profissionais da área, cujo exercício profissional poderia carac-

terizar verdadeiras fases sucessivas da engenharia militar da *Cabeça do Brasil*, onde pontificaram no decurso do Século XVIII. Foram eles, os coronéis Nicolau Abreu de Carvalho e Manoel Cardoso de Saldanha, e o Sargento-mor José Antônio Caldas, um dos maiores professores da nossa Aula Militar, que por ser brasileiro e baiano de nascimento, sofreu muita discriminação. Muitos outros engenheiros militares aqui viveram, ou fizeram trabalhos importantes na Bahia, e se destacaram na sua profissão. A este importante personagem da vida científica e cultural do Século XVIII (José Antônio Caldas) dedicamos um texto, que apresentamos ao IV Congresso de História da Bahia, que oferece os destaques preliminares à sua contribuição como primeiro professor formal de engenharia e arquitetura nascido na Bahia: *Sargento-mor José Antônio Caldas – um professor*.

Por ser soldado com ligações interessantes com a Bahia, apresentamos algumas observações rápidas sobre Manoel de Oliveira Mendes e sua vida: O Capitão Manoel de Oliveira Mendes é um dos poucos profissionais da engenharia militar a quem Marieta Alves faz referência no seu trabalho sobre artistas e artífices na Bahia⁴². Imediatamente após referir-se ao nome de seu pai, o famoso mestre Felipe de Oliveira Mendes e da sua mulher Maria Pereira. Como se sabe, este mestre pedreiro fez a frontaria da Igreja do SS. Sacramento e Sant'Ana, junto com o seu filho Manoel e muitos outros trabalhos na Cidade do Salvador. O casarão setecentista onde a família morou ainda existe, embora arruinado. É o imóvel nº 55 da Ladeira do Gravatá, no Centro Histórico de Salvador. Manoel aprendeu muito da arte da construção⁴³ com o seu pai e com ele colaborou em muitas obras. Da mesma forma que seu genitor, era natural da Vila de Viana,

Arcebispado de Braga. Assentou praça de soldado na infantaria em 1741⁴⁴ e, em 1743, pedia ao Rei para libertá-lo do tempo de soldado⁴⁵, para seguir postos superiores ou *outras bandeiras*, no que não foi atendido, mesmo mostrando o seu diploma de *Bacharel em Artes*, obtido no Colégio dos Padres da Companhia de Jesus. Através do parecer dado pelo Governador nestes processos, sabe-se que era filho de família abastada, mas era *destas pessoas que V.M. não costuma conceder mercê*⁴⁶. Isto significava que a sua família era de origem humilde e tinha conseguido fortuna no Brasil com o ofício da construção. Ainda como soldado obteve licença do Rei para ir a Lisboa tratar de assuntos particulares, ficando por lá mais de um ano. Finalmente, por provisão Real de 18 de outubro de 1749, *foi dispensado dos postos intermediários*, para poder passar a alferes, sendo nomeado para este posto no Regimento de Infantaria e Artilharia, em 9 de junho de 1766, e a tenente em 1º

de agosto de 1770⁴⁷. Ainda como soldado, fez a Aula Militar na qualidade de *partidista*, tendo como mestre Manoel Cardoso de Saldanha. (Fig. 2). Por muitos anos, serviu à Câmara na função de *arruador* da Cidade do Salvador e encontramos inúmeros *Termos de Alinhamentos e Vistorias* da cidade por ele assinados.

Manoel de Oliveira Mendes só foi nomeado Capitão do Regimento de Infantaria e Artilharia, em 1º de julho de 1773, por carta patente do governador, falecendo, logo em seguida, em 2 de agosto de 1773, antes da confirmação real. Serviu por mais de 32 anos a Portugal e ao Brasil. Este último, que foi sempre o país das oportunidades, fez da família simples dos Oliveira Mendes, a quem o Rei *não costumava fazer mercê*, uma família de fortuna e nome, já que o capitão-mor, Luiz Manoel de Oliveira, filho do Capitão Manoel de Oliveira Mendes, chegou a ser nomeado pelo Imperador Pedro II, Barão de Traripe⁴⁸, pelos serviços prestados ao Brasil.

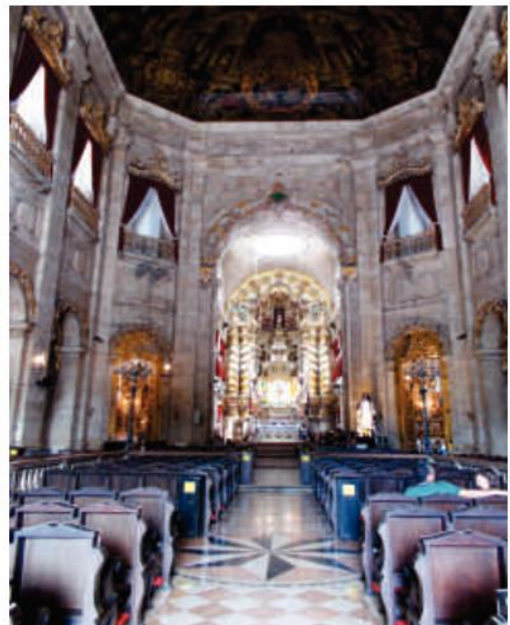


Figura 2 – Igreja da Conceição da Praia (fachada e interior), cujo traço é atribuído ao Coronel Manoel Cardoso de Saldanha. O Lioz da sua construção veio de Lisboa já cortado.

— Fonte: Acervo do NTPR, foto de Gustavo Abreu

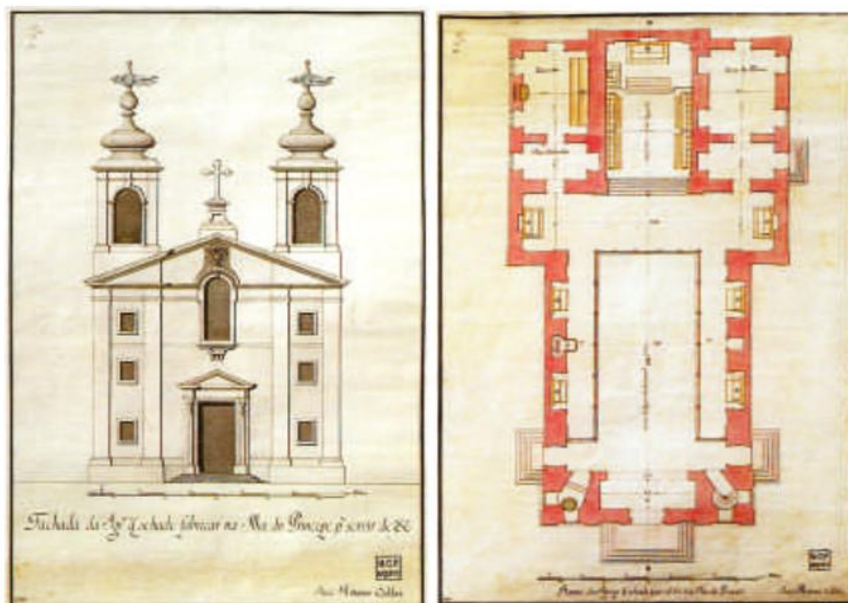


Figura 3 – Planta e fachada principal de um projeto para uma igreja, em São Tomé e Príncipe, de autoria do então Cap. José Antônio Caldas, baiano, professor da Aula Militar da Bahia⁴⁹

— Fonte: Texto de Caldas: *Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o prez.º anno de 1759*

José Antônio Caldas (fig. 3) e Manoel de Oliveira Mendes assistem à perda da primazia administrativa de Salvador, quando deixou de ser a *Cabeça*, com consequente diminuição da sua importância no cenário do Estado do Brasil e em vista da pouca atividade construtiva no domínio das fortificações que acontecerá a partir de então, vamos estabelecer como limite no nosso texto esta fase. A nossa praça, entretanto, continua a ser provida de oficiais engenheiros fixos, na sua maioria formados em nossa Aula Militar (Fig. 4) e alguns vindos do Reino, que continuaram a dar a sua contribuição decisiva para o patrimônio construído, que até nós chegou, tanto de cidade quanto do edifício isolado.

Por motivos mais que óbvios, não poderíamos tratar aqui de todos os engenheiros militares, mesmo que limitando o nosso universo ao período no qual a nossa Salvador foi a Capital. Assim



Figura 4 – Igreja da Ordem Terceira do Carmo, com o traço do Eng. José de Anchieta Mesquita, antigo aluno de Caldas, na Aula da Bahia

— Fonte: Acervo do Arq. Francisco de Assis Salgado

sendo, resolvemos colocar uma listagem dos nomes que temos encontrado nas nossas investigações para esclarecimento

Relação de Engenheiros Militares da Bahia no Período Colonial ou que para esta praça trabalharam, obtida de diversas fontes

| NOME | LOCAL | DATA/POSTO | OBSERVAÇÕES |
|---|-------------------------|---|---|
| Abreu (Gaspar) | Bahia | 1716 - Sgt-mor | Lente da aula da Bahia desde 1711, aucedido em 1718, com a sua morte, por Gonçalves da Cunha Lima.. |
| Barreto (João Baptista) | Bahia | 1715 – Ajud. Eng | Ex discípulo da Aula Militar da Bahia – Baiano. |
| Bersane (José Berlinque) | Bahia | 1736 – Arquileto/pintor | Trabalhou na Ribeira das Naus em Salvador. |
| Bitencourt (João de Affonseca) | Bahia | 1767 – Partidista da Aula | Auxiliar sa Caldas – Fez cópias de planta da barra de Vitória. |
| Brichê . Francês | Bahia | Militar ? – Prof. Fortificações | Traduziu na Bahia Manual do E#ngenheiro ou elementos de Geometria Prática e Fortificações em Campanha. Usado nas aulas. |
| Caldas (José Antônio) | Bahia | 1768 – Sgt-mor Inf com exercício de Eng | Voltando de S. Tomé, é nomeado lente da Aula Militar da Bahia – Ver plantas no AMRJ – Baiano |
| Saldanha (Manuel Cardoso de Carvalho (Eques) | Bahia Bahia | 1761 – Ten. Cel. ? | Em 1861, ainda em Salvador onde morreu – Mestre de Caldas Desenhos no AMRJ. |
| Carvalho (Nicolau de Abreu) | Bahia | 1746 – Ten. Mº.Campo Gen. 1709 – Cap. Eng. | Recomendado por Manoel de Azevedo Fortes, seu professor. Lecionou na Aula Militar mais de 23 anos. |
| Chaves (Pedro Gomes) | Bahia | 1676 – Cap.Inf. c/exerc de | Proposto em 1º lugar para a Praça da Bahia. |
| Coutinho (João) | PE/Bahia | Eng | Projeto de defesa para Salvador em 1685. |
| Cunha Lima (Gonçalo) | Bahia | 1718 – Cap. Eng. | Serviu sob a direção de Miguel Pereira da Costa e do Brigadeiro João Massé - Aluno da Aula Militar (Morto em 1725) Baiano. |
| Dalincourt (Luis) – 3º | Bahia/PE/RJ | 1822 – Maj. | Cursou a Academia do Rio e, com a Independência ficou no Brasil – Morreu em 1839. |
| Dias (Luís) | Bahia | Mestre de Fortalezas | Constrói primeira defesa de Salvador na fundação - maiores detalhes em Viterbo p.551 Vol.I – proposta de fortificação de Filipo Terzi? |
| Estevens (José Paes) | PE/Bahia | 1696 – Sargento-mor | Sucedeu a Coutinho. Em 1696 era professor da Aula Militar na Bahia. |
| Filicaia (Baccio). Italiano | Bahia | Eng. Militar - Sec XVI | Fortaleza e Igreja? (Barra, Monserrate e Igreja) Nos tempos de D. Francisco de Souza. |
| Frias de Mesquita (Francisco) | PE/Bahia | 1602 – Eng. do Brasil | 1598 - Pensionista. Em 1614 participa da expedição ao Maranhão, para expulsar os franceses. Em 1645, já está em Portugal. |
| Gomes de Melo (João) | Bahia | 1753 – Cap. Eng. | |
| Gomes (Gregório) | RJ/Bahia | Cap. Engenheiro | Polemiza com Antônio Roiz Ribeiro sobre a obra do Morro. |
| Gramacho (Antônio de Brito) | Bahia | 1731 – Cap. Inf. com exercício de Eng. | Na vaga de João Teixeira – Professor da Aula Militar da Bahia – Discípulo de Miguel Peº da Costa. |
| Guítau (Felipe). Francês | Bahia | Eng. Militar | Ficou 3 anos na Bahia. Voltou a Peniche (Portugal) em 1650. |
| Jordão (Bernardo José) | Bahia | 1753 – Cap. Eng | Da Aula Militar da Bahia. Seguiu outra arma. |
| Lemos (Vicente Pinheiro de) | Bahia | 1783 – 2º Ten. Art. | <i>Não tem conhecimentos militares, nem da profissão de Artilheiro, por se ter aplicado sempre ao risco.</i> |
| Massali (Alexandre) Italiano | Bahia (?) | 1588 – Cap. Eng. | Missão de fortificar o Brasil em companhia do governador Francisco Geraldéz, que nunca chegou aqui. |
| Massé (João) Inglês | BA/PE/RJ | 1712 – Brigadeiro | Projeto de fortificação para Salvador. Participou do início da construção do forte de S. Pedro. |
| Mendes (Manoel de Oliveira) | Bahia | 1760 – Ajud. Eng. | Seguiu carreira militar na artilharia. Filho do mestre Felipe de Oliveira Mendes, pai do Barão de Triape. |
| Mesquita (José de Anchieta) | Bahia | | Mapa em aquarela do AMRJ. Projeto de monumento civis e religiosos, na Bahia. |
| Paes (Diogo) | PE/Bahia | 1783 – Ajud. Inf. | 1624 - Aprendiz de Arquitetura – Foi com Mathias de Albuquerque para Pernambuco. |
| Pelífge (Pedro) Francês | Bahia | 1629 – Cap. Inf. | Foi ao Brasil com Antônio Teles de Menezes. |
| Pereira da Costa (Miguel) | Bahia | 1647 – Engenheiro 1715 – Mastre de Campo | Manuscrito Bib Ajuda. Miscelâneas nºs 26, 31 e 32 (Discursos sobre a fortificação da Bahia e outros. Em 1709 existia só o Sargento-mor Antº. Rodrigues Ribeiro. |
| Pinheiro (Francisco) | Bahia | Eng. | No tempo de Miguel Pereira (?). |
| Pinheiro de Lemos (Vicente) | Bahia | 1710 – Cap. (?) de Art. | Aplicado sempre ao "risco" Doc. 13.254 de C&A. |
| Pinto (Antônio Correa) | RJ/Bahia | 2º Ten. de Art. | Preso pelo ouvidor. Protegido de Serrão Pimentel. |
| Ramos de Souza (José) | Bahia | 1677 – Cap. Eng. 1767 – Ajud. Inf. c/Exerc. de | Tem desenhos no AMRJ. Chegou a Sargento-mor de mineiros em 1796. Filho da bahia, nascido em 1737. |
| Rodrigues Ribeiro (Antônio) | Bahia | Eng. | Possível lente da Aula Militar da Bahia. |
| Santos (João da Silva) | Bahia | 1700 – Sgt-mor Eng. | Levantou Porto Seguro e o Rio Doce. |
| Silva Costa (José Feliciano da) | Bahia | 1802 – Cap. Eng. | Fez campanha de resistência portuguesa na Bahia. |
| Silva Leal (João da) | Bahia | 1821 – Eng. militar | Fez os desenhos das fortalezas para o relatório de Galeão. |
| Soares de Melo (Estevão) | Bahia | 1808 – 1º Ten. Eng. (R.C.E.) | Escreveu uma "Cosmografia Universal – Senhor de Melo". |
| Sousa (José Francisco de) | Bahia | 1625 – Cosmógrafo | Copiou e reduziu plantas de Caldas. Lente da Aula Militar em 1781. |
| Teixeira (Manoel Rodrigues) | Bahia | 1770 – Ajud Eng 1800 - Cel Art | Carta de Ilhéus até Morro de S. Paulo e rio Itapicuru. Assina com Brigadeiro. |
| Teixeira d'Araujo (João) | Bahia | 1810 – Cel. Eng. 1725 – Cap. Eng. | Aluno "de partido" da Aula Militar da Bahia. "tirou a planta da Fortaleza do Morro de S. Paulo". |
| Tinoco (João Nunes) | Bahia (?) | 1631 – Ofic. Arquitecto | Desenhou em Portugal o "Livro das Praças de Portugal com as Fortificações" que se encontra na Biblioteca da Ajuda. |
| Triburcio (Spanocchi) | Projetos para Brasil | 1606 – Comendador Eng- mor | "Duas praças que se fortificarão pelos traços que fez o Comendador Triburcio Espanhol" Manuscrito da Bib. de Évora. Nunca cá esteve |
| Turriano (Leonardo) Ita. de Cremona | Projetos para Brasil | 1598 – Eng-mor do Reino | Chamado pela sua fama por Felipe II de Espanha e I de Portugal. Sucedeu a Felipe Tercio. Só enviou projetos para Bahia, nunca cá esteve. |
| Velez Barreiros (Joaquim Antônio) | Bahia | 1823 – Alferes | Serviu na Bahia na Guerra da Independência na parte portuguesa. |
| Vieira Godinho (João Baptista) | Bahia | 1799 – Cel (?) | Comandou em 1799 o Regimento de Art. da Bahia Mineiro. |
| Vieira da Silva Oires (Joaquim) | Bahia | 1804 – Cap. Eng. | Discípulo de Galeão na Aula Militar da Bahia. Planta no AMRJ. Planta da Bahia "uma das mais famosas do Reino. |

NOTAS

- ¹ A título de exemplificação, observe-se o que contém a representação do Capitão de Infantaria, com exercício de Engenheiro, **João Batista Barreto**, que reclama contra a discriminação. Anexo ao processo, está um parecer do Engenheiro-mor do Reino, Manoel de Azevedo Fortes, juntando cópia da legislação vigente e mostrando a ilegalidade da discriminação. Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Avulsos, Bahia – 1740, Cx. 74, doc. 58.
- ² VITERBO, Francisco Marques de Sousa. *Diccionario Historico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899.3v.
- ³ TAVARES, Gen. Lyra A. *Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil*. Lisboa: SPME/Ministério do Exército (Português), 1965, 190p., il.
- ⁴ SEPÚLVEDA, Gen. Cristóvão Ayres de M. *História Orgânica e Política do Exército Português – Provas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910. Dos 18 volumes, os de nº 5 a 9 foram dedicados à engenharia militar.
- ⁵ Arquivo Histórico Ultramarino.
- ⁶ Gabinete de Estudos Históricos e Arqueológicos de Fortificações e Obras Militares da Diretoria de Engenharia do Exército Português.
- ⁷ TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil – Séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Clavero, 1994, p.38.
- ⁸ Arquivo Militar de Madrid. [Transcrições do coronel Aparici]: *Negociado de Mar y Tierra*, Legajo 906, año 1624, fls. 362/362v ... *pe[ro] al presente la falta de salud le obliga de duplicar, y de advertir á Vuestra Magestad como de quinze años á esta parte es muy enfermo de gota, por la cual no es libre de su persona, antes muy impedido a pie y a cavallo, y que en lugares húmedos está de continuo muy malo, como lo está en Lisboa ...* Recebe despacho favorável do Rei para não vir ao Brasil.
- ⁹ SILVA-NIGRA, D. Clemente da. Francisco de Frias da Mesquita, Engenheiro-mor do Brasil. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, v.9, p.9-63, 1945.
- ¹⁰ Biblioteca Nacional. Documentos Históricos. Rio de Janeiro: M.E.S., 1930. v.15, p.154.
- ¹¹ Observe-se o que diz Bernardo Ravasco Vieira, irmão do padre Antônio Vieira e por muitos e muitos anos Secretário de Estado do Brasil, no seu *Discurso Político... sobre todas estas faltas leve [sic] tao bem, a Praça sem Engenheiro, nem quem sayba usar de dous Trabucos, q' nella há, nem off.ºs de Artilharia, ou Artilheiros q' o q' sabem ser...* Arquivo de Évora. Códice de cópias do Conselho Ultramarino, Cota: CV/1-17. Datado de 18 de Julho de 1692.
- ¹² Biblioteca Nacional. Documentos Históricos. Rio de Janeiro: M.E.S., 1930. v.15, p.156-158.
- ¹³ VITERBO. op. cit. v. I, p.380.
- ¹⁴ VITERBO. op. cit. v. II, p. 243.
- ¹⁵ Documentos Históricos do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: M.E.S., 1930, v.20, p. 304
- ¹⁶ Felipe Guitão, (*Francês de Nação*). Eng. e ajudante do Conde da Atouguia no Brasil, 21/02/1653, Torre do Tombo, L. 22, fl. 431v-432; Engenheiro da Praça de Peniche, 28/03/1650, Torre do Tombo, L. 18, fl. 188; Engenheiro para o Brasil, 20/09/1647, Torre do Tombo, Lv. 8, fl. 460v-461.
- ¹⁷ Torre do Tombo. Chancelaria de D. João IV, l. 23, fl. 78v.
- ¹⁸ AHU - Catálogo de Luísa da Fonseca nº 2265 – O trecho do parecer, do próprio punho de Serrão, datado de 02/06/1688 rezava: *...solteiros aponto dous: em pr.º lugar Ant.º Correia Pinto que esta em Estremoz de grande satisfação tanto que tinha ategora a sua conta a fortificação da cidade de Beja...*
- ¹⁹ Sua apostila de pagamento data de 1669.
- ²⁰ BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos Históricos. Rio de Janeiro: M.E.S./ Augusto Porto, 1929. v.9, p. 460. De 08/11/1671.
- ²¹ BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos Históricos. Rio de Janeiro: M.E.S./ Augusto Porto, 1929. v.9, p.98. De 02/01/1674.
- ²² BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos Históricos. Rio de Janeiro: M.E.S./Bib. Nacional, 1934. v.26, p.264. De 16/10/1674.
- ²³ BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos Históricos. Rio de Janeiro: M.E.S./ Augusto Porto, 1929. v.10, p.457. De 18/03/1675.
- ²⁴ BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos Históricos. Rio de Janeiro: M.E.S./ Augusto Porto, 1929. v.11, p. 70. De 13/12/1676.
- ²⁵ AHU – Catálogo de Luísa da Fonseca, nº 2787.
- ²⁶ AHU – Catálogo de Luísa da Fonseca, nº 2788.
- ²⁷ *...para que com o dito sirva de engenheiro na mesma capitania, onde assistira ás fortificações e ás daquelle estado onde for necessario, assy como na Bahia o faz Antonio Correa Pinto*. Liv. 5 de *Officios do Conselho Ultramarino*, f. 433v. In: VITERBO, op. cit. v. II, p.280.
- ²⁸ AHU – Registro de Cartas Régias (1675-1695), Ms. 245, fls.123-134.
- ²⁹ Documentos Históricos do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: v. 40, 1938, p.244 - Carta régia ao provedor para que se abstenha de executar a Isabel Batista, pela ajuda de custo que mandou dar o Marquês das Minas, ao seu marido, já falecido, o Eng. João Coutinho e seu filho – 06/03/1688.
- ³⁰ PIRASSINUNGA, Adailton Sampaio. *O ensino Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958. p. 79-80.
- ³¹ Transcrição de Cartas Régias referentes à criação da Aula Militar da Bahia, contidas no Ms. 246 – Registro de Cartas Régias (1695-1710), AHU: S.º o haver Aula na B.º co' engenhr.º a ensinar a forte-ficação.
- ³² OTT, Carlos. O Forte de Santo Antônio da Barra. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, n.14, p.135 – 159, 1959.
- ³³ AHU – Registro de Cartas Régias, Códice 246: *Sobre dispensa dos alunos da aula de Ant.º Roiz Rib.º*, fls. 235/236v -18/11/1707.
- ³⁴ A Carta Régia para o governador Pedro de Vasconcellos assim dizia: *Gov.º e Capitão geral do estado do Brazil Am.º Etc. Vi a conta q me destes da resolução q. tomastes em mandar abrir Aulla da Arquitetura [negrito nosso] e odenar ao Capitão engenhr.º Gaspar de Abreu dictasse postilla á qual acudia bastante gente [negrito nosso]; porem q vos parecia conv.º p.º se augmentar, o conceder mais partidos do q. os tres asentados ...* AHU, Registro de Cartas Régias, Códice nº 246 (1695-1715), Carta de 06/03/1713. Gaspar de Abreu recebeu Carta patente de Capitão Engenheiro da Praça da Bahia em 15/06/1711 – Torre do Tombo, Chancelaria de D. João V, l. 7, fl. 539. Foi nomeado Sargento-mor Engenheiro em 1716 e morreu na Bahia, em torno de 1718.
- ³⁵ AHU – Avulsos, Bahia, Cx. 32, doc.76.
- ³⁶ Biblioteca Nacional da Ajuda, Cota: 54-IX-8, nº 60.
- ³⁷ Carta de Miguel Pereira a um certo *padre mestre* de quem foi discípulo. Biblioteca Nacional da Ajuda, cota 54-XI-25 (nº 65) e 54-IX-8 (nº 62). Data: 18 de junho de 1710. Nº do Catálogo: 1813.
- ³⁸ BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos Históricos - Provisões, patentes e alvarás (1699 – 1711). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943. v.59, p.80.
- ³⁹ Carta Régia agradecendo a planta de Rio de Contas. AHU: Avulsos, Bahia (21/08/1736). Cx. 58, doc. 12.
- ⁴⁰ O Brigadeiro João Massé marcou época na História da Engenharia Militar Brasileira. Foi enviado pelo Reino no início do século XVIII, para funcionar como “consultor” dos projetos de fortificação de praças. Era de origem inglesa (possivelmente batizado John Massey) e não francesa, como muitos historiadores dizem e, até mesmo, antigos documentos informam. A prova de sua nacionalidade pode ser encontrada em: CHABY, Claudio. *Synopse dos decretos remetidos ao extinto Conselho de Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872 (Maço 64) – Decreto de 23 de janeiro de 1705, sobre oficiais ingleses

indicados para Portugal e também: MADUREIRA DOS SANTOS, Cel. H.M. *Decretos do extinto Conselho de Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1976 – Decreto de 4 de novembro de 1720 (Maço 79) – Sobre licença de Massé ir a Inglaterra, sua pátria.

⁴¹ AHU, Avulsos, Bahia – Cx. 8, doc. 29 – Relatório de 23/07/1715.

⁴² ALVES, Marieta. *Dicionário de Artistas e Artífices na Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Conselho Estadual de Cultura, 1974. p.114.

⁴³ Manoel Cardoso de Saldanha ao recomendá-lo para promoção diz: *soldado infante no Regimento de que é Coronel Manoel Xavier Ala, que depois de graduado em Filosofia, dispensado para os postos subalternos, vivendo com muita honra, foi à minha aula, e escreveu todas as materias que dei instrutivas para um perfeito oficial engenheiro, e com inteligência delas, riscava sofrivelmente as plantas* [negrito nosso]; *mas na prática de conhecer as obras e seus materiais, nas medições conforme a geometria prática ensina, em fazer conta dos seus valores, em avaliar projetos e os edificios já construídos, como verificamos as avaliações que fez no inventário das fazendas dos Padres denominados da Companhia,*

o julgo perfeitíssimo [negrito nosso]; *por exercer o emprego de medidor das obras do Senado da Câmara desta Cidade. E este homem pode V. M. prover no posto de ajudante de Infantaria.*

⁴⁴ Manoel sentou praça em 27/05/1741 no *Terço Novo, hoje 2º Regimento de Infantaria Paga*, segundo certidão de fé de ofício de 10/06/1773. AHU - Bahia. Catálogo de C & A., doc 22.120.

⁴⁵ AHU – Bahia. Avulsos, 27/04/1743, cx. 81, doc. 12, apelo negado pelo doc. 84, cx. 92. do mesmo fundo documental.

⁴⁶ AHU – Bahia. Avulsos, cx. 92, doc. 84, 25/5/1746.

⁴⁷ AHU – Bahia. Catálogo de C & A., doc. 22.120.

⁴⁸ Decreto de 14 de março de 1860; BRASIL. Governo Imperial.

Memorias da Viagem de SS. Magestades Imperiaes às Provincias; da Bahia, Pernambuco, Parahiba, Alagoas, Sergipe e Espirito-Santo. Rio de Janeiro: Typ. e Livraria de B.X. Pinto de Sousa, 1861. p. 209.

⁴⁹ CALDAS, José Antônio. *Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o prez.^{te} anno de 1759*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951. Edição fac-similada. Resumo biográfico (anônimo) feito do ator do texto.



O arquiteto Mário Mendonça de Oliveira é Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia, na qual ensinou História da Arquitetura por 32 anos. Após aposentado, vem se dedicando ao ensino na Pós-Graduação em Arquitetura (PPGAU) da qual é professor do Quadro Permanente, na Linha de Pesquisa da Conservação e da Restauração. A sua produção historiográfica é, em grande parte, voltada para o estudo das fortificações, com destaque para as fortificações antigas do Brasil, mas também, na qualidade de arquiteto restaurador, tem participado do projeto e da restauração de muitas delas. Pela sua dedicação e empenho na conservação e restauração do nosso patrimônio edificado, recebeu inúmeras comendas e distinções entre as quais: o título de Comendador da Ordem do Mérito do Estado da Bahia, o diploma de Colaborador Emérito do Exército Brasileiro, a medalha da Ordem do Mérito Militar, da mesma instituição. É membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, da Academia de Ciência da Bahia, da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos e do ICOFORT (*International Scientific Committee on Fortifications and Military Heritage*) bem como do ICOMOS-BR (*International Council on Monuments and Sites*) do qual acaba de receber a distinção de Sócio Emérito, pela sua vida dedicada à conservação do nosso patrimônio.

#FiqueEmCasa

Sabemos que, nestes tempos de crise, as contas podem apertar. Pensando nisso, a POUPEX acaba de lançar o **Crédito Simples Digital**.

Tudo com mais
agilidade e
segurança.



Acesse.
Simule.
Contrate.



www.poupex.com.br
0800 61 3040

Uti possidetis, ita possideatis:

As fortificações como marcos da formação territorial do Brasil



Adler Homero Fonseca de Castro

A frase *uti possidetis* é de grande importância para a história mundial. É baseada em uma citação do direito romano que diz *Uti eas aedes, quibus de agitur, nec vi nec clam nec precario alter ab altero possidetis, quominus ita possideatis, vim fieri veto*. Isso pode ser traduzido como “assim como possuí a casa em questão, ela não tendo sido obtida pela força, clandestinamente ou por permissão de outros, proíbo o uso da força para terminar com isso, de forma que você pode continuar a possuí-la” e o princípio é normalmente resumido para, *uti possidetis, ita possideatis*, ou, “assim como possuí, continuará a possuir”.

No mundo, esse princípio foi de extrema relevância no período de descolonização da América Hispânica e da África, seguindo a ideia do *uti possidetis iuris*, que significa a posse jurídica de um território, de forma que as divisões territoriais estabelecidas pelos poderes coloniais seriam usadas para definir as fronteiras dos países que

ficavam independentes. O princípio também foi usado na criação dos países depois da dissolução da Iugoslávia e da União Soviética.

Do ponto de vista do Brasil, o *uti possidetis* foi a ferramenta usada para definir, em meados do Século XVIII, as fronteiras do país com seus vizinhos. Entretanto, na discussão que foi feita entre Portugal e Espanha, houve uma diferença de opinião de como se devia proceder e essa é uma história complicada.

Em março de 1493, Cristóvão Colombo, voltando de sua primeira viagem às Américas, entrou no porto de Lisboa, procurando refúgio de uma tempestade. Ciente da viagem do navegador a serviço da Espanha, o rei de Portugal, D. João II, convocou Colombo para dar esclarecimentos, acusando-o de ter rompido o tratado de Alcáçovas, de 1479, que proibia aos espanhóis navegar ao sul das Ilhas Canárias, o que, de fato, Colombo fez – todas as terras

descobertas pelo navegador a serviço da Espanha ficavam fora da área que estava reservada para a Espanha.

Tendo em vista solucionar a disputa que surgia, Portugal e Espanha procuraram estabelecer um novo acordo, tratando de como se dariam as navegações das duas coroas e, para isso, procuraram a mediação do Papa. O resultado foi o famoso tratado de Tordesilhas, de 1493, que dividiu o mundo entre Portugal e Espanha. Inicialmente em uma linha traçada a 100 léguas do arquipélago de Cabo Verde – o que seria uma distância de 555km a oeste das ilhas, passando pelo meio do Atlântico e deixando de fora todas as Américas. No ano seguinte, certamente com base em informações obtidas nas viagens de Portugal, o tratado foi alterado para uma linha a 370 léguas a oeste das ilhas, já englobando uma parte do Brasil.

A história do tratado de Tordesilhas já é bem conhecida pois é trabalhada nos livros escolares. O que se fala menos é a respeito de como Portugal trabalhou com o tratado. Desde o início, os lusitanos fizeram uma campanha diplomática para se apoderarem da maior parcela de território possível, usando vários subterfúgios. Um deles foi não definir o ponto do arquipélago do Cabo Verde por onde deveria começar a medição, se a leste, oeste ou no meio do grupo de ilhas, uma diferença em potencial de 300km.

Outro ponto que nunca foi estabelecido era qual a unidade de medida a ser usada: em Portugal se usavam léguas de “18 ao grau” e as de “20 ao grau”, 6.173m e 5.555m, respectivamente. Na Espanha, havia nada menos do que sete diferentes ti-



Tordesilhas segundo diferentes cartógrafos portugueses

pos de légua, variando de 3.762m na cidade de Girona, até 6.687m em Ciudad Real, na província de Castela. É óbvio que, dependendo do comprimento da unidade usada, a linha passaria mais a oeste ou leste e, pela posição de um dos marcos de posse português, percebe-se que eles escolheram usar a légua mais comprida, de Castela, com quase sete quilômetros, que lhes era mais benéfica.

Finalmente, os lusitanos mantiveram uma longa campanha de contrainteligência, com ações voltadas para a proteção de informações concretas: havia uma grande dificuldade para se medir a longitude, a distância Leste-Oeste. Na época, isso só podia ser feito de forma astronômica, exigindo muitas observações e cálculos: um exemplo dos problemas de medição pode ser visto no caso de Cristóvão Colombo, que, ao descobrir a América, achava que tinha chegado nas “índias”, apesar de ter navegado menos de um terço da distância até lá. Devido a essa dificuldade, os lusitanos tornaram seus mapas segredo de estado e, além disso, car-



Mapa de Luís Teixeira, 1573

tógrafos a serviço de Portugal elaboraram uma série de mapas com uma leitura “criativa” da linha de Tordesilhas.

Aqui vale lembrar que a linha divisória acordada, por ser um meridiano, deveria seguir em linha reta, de norte a sul, sempre pela mesma longitude: em um mapa tradicional isto seria uma linha vertical, não importando por onde ela passasse. No entanto, nos mapas feitos por cartógrafos portugueses, o meridiano sempre aparece indo das proximidades da foz do Rio Amazonas até as proximidades da foz do Rio Uruguai, em uma linha inclinada. A pro-

cura da inclusão da foz dos dois rios é compreensível em termos estratégicos, pois havia um preceito do direito internacional, de quem dominasse a foz de um rio poderia utilizá-lo como via de navegação: o controle da região onde os rios Amazonas e o da Prata desaguam no oceano Atlântico, em teoria, permitiria que os portugueses comercialissem com todo o interior da América.

No entanto, para que uma linha passasse por esses dois pontos ela teria que ser bem inclinada – em termos de longitude estão afastados perto de 8 graus, ou mais de 900km na linha do Equador: nada menos do que 160 léguas. Não se pode considerar que essa proposta cartográfica tenha sido feita com base em um erro acidental – foram vários mapas, alguns traçados em meados do Século XVIII, todos eles consistentemente mostrando essa inclinação na direção da linha de Tordesilhas. Uma

comprovação de que os cartógrafos sabiam que seus mapas não reproduziam a realidade está nas capitanias hereditárias: a mais meridional, a de Santana, ia até, mais ou menos a Laguna, muito ao norte da foz do Rio da Prata, ao contrário do que os mapas mostravam. Essa divisão aparece territorialmente inconsistente. Em uma carta elaborada pelo cartógrafo português Luís Teixeira, de 1573 – o mapa, apesar de mostrar a divisa da Capitania de Santana, a “espicha” para o sul, para poder chegar até o Rio da Prata, mantendo a linha inclinada que os cartógrafos portugueses estabeleceram como sua interpretação para o tratado de Tordesilhas.

Essa campanha de contrainformação geográfica foi muito bem-sucedida: por exemplo, o papa reconheceu implicitamente a posse portuguesa da região até a foz do Rio da Prata, ao conceder a jurisdição de toda a área do Espírito Santo até o Rio da Prata ao bispo do Rio de Janeiro em 1676, quando o bispado foi criado. Foi um precedente importante, pois, devemos lembrar que um tratado entre dois países podia ser revogado por qualquer das partes, como era comum de acontecer por causa das guerras. No entanto, o Papado era uma entidade supranacional, a quem os monarcas católicos deviam obediência, de forma que as determinações da Santa Sé tinham um peso bem maior. Isso explica por que, mesmo com as Guerras de Restauração (1640-1668) ou da Sucessão Espanhola (1701-1714), que anularam tratados de delimitação de território na Europa, não implicaram a abolição da linha de Tordesilhas, que tinha sido estabelecida pelo papa. A força do documento papal também serve para explicar por que em 1681, depois de os espanhóis de Buenos Aires terem conquistado a Colônia do Sacramento, no Uruguai, a administração em Madri devolveu a cidade aos portugueses – uma grande vitória da diplomacia lusitana, apesar de, depois, a posse do Uruguai voltar a ser contestada.

No extremo norte da colônia, na foz do Amazonas, a expansão se deu de forma mais tranquila, já que durante o período da União das Coroas Ibéricas (1580-1640), a administração espanhola autorizou colonos de Pernambuco a ocuparem a área, para que pudessem expulsar os ingleses, irlandeses e holandeses que tinham em terras consideradas como espanholas. Para



Robert Harcourt, construtor do Forte North, no Amapá

assegurar o controle de toda a região, os luso-brasileiros fundaram Belém e, em longas e difíceis campanhas militares, conseguiram superar a oposição indígena, destruíram os fortes estrangeiros e resistiram a vários contra-ataques inimigos, um deles que até conseguiu destruir o forte luso-brasileiro de Gurupá.

É importante frisar que o esforço de conquista da foz do Amazonas foi feito por colonos do Brasil – e esses em pequeno número: uma listagem de pessoal empregado na expedição inicial de conquista do Pará, em 1616, aponta que eram apenas 43 oficiais, 906 praças e 20 marinheiros – menos de mil homens. Mas esses colonos, depois de vinte anos de lutas, destruíram treze fortes estrangeiros e construíram os de Desterro (Almerim), na margem norte do rio, e os de Gurupá e do Presépio (Belém), ao sul, firmando a posse de todos os rios que deságuam no Amazonas. Uma área calculada como sendo de perto de cinco milhões de quilômetros quadrados, quase dois terços do território nacional, garantidos pela construção de uns poucos fortes e a posse efetiva do território por uma mão-cheia de habitantes fiéis à Coroa de Portugal.

Os dois extremos da área que era reivindicada pelos lusitanos foram objetos de disputas, mas o mesmo não acon-



Mapa do Rio Amazonas, de Condamine

teceu com o resto do Brasil. De início, não havia interesse em buscar o interior: como escreveu o Frei Vicente de Salvador em 1627: “Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse, por negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”, todas as povoações eram na costa.

Quando se iniciou o movimento para o interior, este se deu de forma menos contestada e, deve-se frisar, não foi parte de um projeto da monarquia portuguesa: a literatura histórica tende a mostrar o “rompimento de Tordesilhas” por Portugal como um feito dos bandeirantes, mas não foi bem assim. Primeiro, por que a grande campanha de destruição de missões espanholas no Paraná, Mato Grosso do Sul e Paraná ocorreu durante o período da união das Coroas Ibéricas (1580-1640), as terras do Brasil e da América Hispânica pertenciam a um mesmo monarca.

Mais importante, o esquema bandeirante, originalmente, era um de caça a escravos e não levou à fixação de bandeirantes paulistas e cariocas no interior: eles construíram fortes no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso do Sul, mas estes foram de curta duração, feitos mais para apoiar logisticamente as operações de caça de escravos do que para fazer a fixação de brasileiros nesses locais. Entretanto, os bandeirantes foram importantes por terem eliminado a presença espanhola em vastas regiões do interior, que poderiam ter contestado a posse dessas áreas aos portugueses mais tarde – foi uma campanha de “despovoamento”, muito bem-sucedida, abrindo espaço para uma expansão portuguesa para o interior que ocorreu mais tarde.

A ocupação do interior começou de fato no final do Século XVII, quando se descobriu ouro nas Minas Gerais e, depois, em Goiás e Mato Grosso. Isso ocasionou uma das maiores “corridas do ouro” da história da humanidade, quando perto de 50.000 pessoas se dirigiram para a região das Minas – isso numa época que toda a população do Brasil não excedia 300.000

habitantes. Por sua vez, a ocupação das Minas, apesar de benéfica para a Coroa portuguesa, não foi o resultado de um projeto governamental – na verdade, a administração portuguesa até chegou a tomar medidas para evitar a emigração para as áreas de mineração, proibindo a passagem de pessoas da Bahia e do Espírito Santo para as Minas, numa tentativa infrutífera de evitar prejudicar a agricultura de exportação. Apesar de o ouro ter sido descoberto apenas nos últimos anos de 1600, a corrida do ouro foi de tal dimensões que Minas Gerais, em 1772, já tinha a maior população do Brasil, superando inclusive Pernambuco e Bahia, ricas capitanias produtoras de açúcar, criadas 160 anos antes.

Foi a presença desses homens, que buscavam a riqueza pessoal, e não uma ação efetiva militar por parte do governo que garantiu a ocupação do Brasil. A Capitania das Minas só foi criada em 1720 e as de Goiás e Mato Grosso quase trinta anos depois, quando essas regiões já eram ocupadas e povoadas por colonos. Assim, a criação das capitanias do interior se deu em um contexto diferente do que ocorrera na costa, pois a Coroa Portuguesa foi forçada a reconhecer a situação existente de fato, de que súditos portugueses ocupavam essas áreas. A organização dessas unidades administrativas ocorreu, não como parte de um projeto estratégico maior, mas simplesmente reconhecendo o fato de que a campanha de engodo cartográfico que tinha sido iniciada no século XVI estava perdendo a efetividade. Em 1745, o cartógrafo Francês Charles de la Condamine publicou um mapa com um levantamento que tinha feito no Rio Amazonas, com as longitudes levantadas por meio astronômicos. O mapa comprovava que a Amazônia, então em boa parte ocupada por missões portuguesas e pelos fortes do Rio Negro

(Manaus), Pauxis (Óbidos), Paru (Almerim), Gurupá e Macapá, se encontrava toda além do limite das Tordesilhas. Por sua vez, os espanhóis já tinham conhecimentos geográficos suficientes para saber que a maior parte do interior do Brasil também não ficava na área abarcada pela linha de Tordesilhas.

Assim, em 1748 foram criadas as capitanias de Goiás e Mato Grosso, marcando a posse de todo o território a oeste de Minas Gerais. No ano seguinte, Portugal mandou elaborar um documento cartográfico, o *Mapa das Cortes*, para subsidiar as negociações de um novo tratado de limites, para substituir o de Tordesilhas. Esse documento ainda se baseia no engodo geográfico, alterando as longitudes do Brasil, de forma a colocar o máximo possível do território já ocupado a leste, diminuindo aparentemente os avanços territoriais feitos pela população brasileira em duzentos anos. Por sua vez, o mapa já colocava a região da Colônia do Sacramento além do limite de Tordesilhas – os espanhóis já controlavam Montevideu, tomada aos portugueses em 1724, e a manutenção do entreposto português no Prata era, no mínimo, difícil: a cidade lusitana tinha sido cercada em 1681, 1704-1705 e de 1735 a 1737, só nessa última ocasião conseguindo resistir com sucesso. Além disso, os espanhóis estavam tomando medidas para diminuir o contrabando feito a partir de Colônia, um dos principais motivos da existência da posse portuguesa, a troca de prata do Peru por mercadorias portuguesas.

O exemplar do *Mapa das Cortes* existente em Paris já tem definido os limites que se propunha adotar, com a área pertencente aos lusitanos marcada em amarelo e a dos espanhóis em vermelho, com uma linha traçando a fronteira exata que estava sendo sugerida. Por essa linha, sabemos que a proposta – que foi a de fato ado-



Mapa das Cortes

tada no tratado de Madri de 1750, era que a Colônia do Sacramento fosse cedida aos espanhóis. Entretanto, o mapa representava o sucesso da ocupação do interior por colonos e missões religiosas, especialmente nas fronteiras oeste e norte.

No Rio Grande do Sul, a proposta reconhecia a posse portuguesa da região costeira, onde já havia povoações e fortificações, construídas para apoiar a Colônia do Sacramento no cerco de 1735-1737. A linha de limites ia até o interior do estado e

para o norte, seguindo uma linha de fronteiras muito próxima da atual, até a região amazônica.

No estabelecimento de limites proposto pelo *Mapa das Cortes* e pelo tratado de Madri de 1750, o principal elemento de definição foi o *uti possidetis de facto*, a presença de povoações e postos lusitanos ao longo da região de fronteira, principalmente Cuiabá, Vila Bela e os caminhos fluviais que eram usados para as abastecer, pelos rios Tietê e Guaporé. No norte, a região era delimitada pelas missões Carmelitas e Jesuítas portuguesas.

Em toda essa área no interior do Brasil não havia uma só fortificação e, de fato, a presença militar era muito tênue: afóra as milícias, havia um regimento de Cavalaria no Rio Grande do Sul, para atuar na proteção do caminho para a Colônia de Sacramento e guarnecer os fortes da região. No resto das fronteiras, só havia uma companhia de infantaria e outra de cavalaria no Mato Grosso – menos de cem homens. Todo o norte do País deveria ser defendido pelos dois regimentos de infantaria existente um em Macapá e outro em Belém, mas estavam aquartelados a milhares de quilômetros e a meses de viagem de canoa da fronteira.

Nessa época eram boas as relações entre Portugal e Espanha, pois a rainha consorte da Espanha, D. Maria Bárbara (1711-1758), era a filha de D. João V (1689-1750), rei de Portugal, enquanto a esposa do futuro rei D. José I, de Portugal (1714-1777) era a princesa espanhola Mariana Vitória (1718-1781). No entanto, a situação não era segura, especialmente depois que o longo período de paz com a Espanha se encerrou em 1762, na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), a tensão de uma possível guerra já ser existente desde o ano anterior.

Era preciso garantir as possessões portuguesas em face a um possível ataque hispânico, ainda mais considerando que na maior parte do interior do continente a vantagem de operar em linhas interiores era dos espanhóis, que tinham linha de comunicações mais curtas. Para piorar a situação do Brasil, depois da paz na Europa no ano seguinte, continuou a haver uma situação de guerra não declarada na América. Foi necessário emitir novas ordens para fortificar os limites das colônias portuguesas – não para formar uma linha de defesa contínua ou com os principais pontos de acesso defendidos, como os lusitanos tinham feito na Europa. Isso era impossível no Brasil, na época o território com a maior extensão de fronteiras terrestres no mundo.

Entretanto, uma extensiva ação militar era inviável. Não haviam pessoas para defender uma extensão territorial tão vasta. Apesar de a situação ter melhorado em relação ao que o Frei Vicente de Salvador colocou para a ocupação do Brasil no início do século XVII, restrita apenas às regiões costeiras, ainda haviam poquíssimos habitantes no interior, especialmente na zona de fronteira. A oeste, havia algumas povoações, mas o norte era um “vazio” em termos de ocupação europeia – lá só existiam tribos indígenas e missões religiosas, o que não marcaria uma “ocupação efetiva” nos termos da diplomacia da época. Isso era algo extremamente complicado, já que a delimitação estabelecida do tratado de Madri (1750) não tratava dessa região, a não ser em termos muito genéricos.

A solução encontrada para garantir a posse foi o estabelecimento de fortificações em pontos-chave na fronteira. Na sua maior parte, eram obras de pequeno porte, com pequenas guarnições, capazes de resistir apenas ao ataque de uma pequena força que não



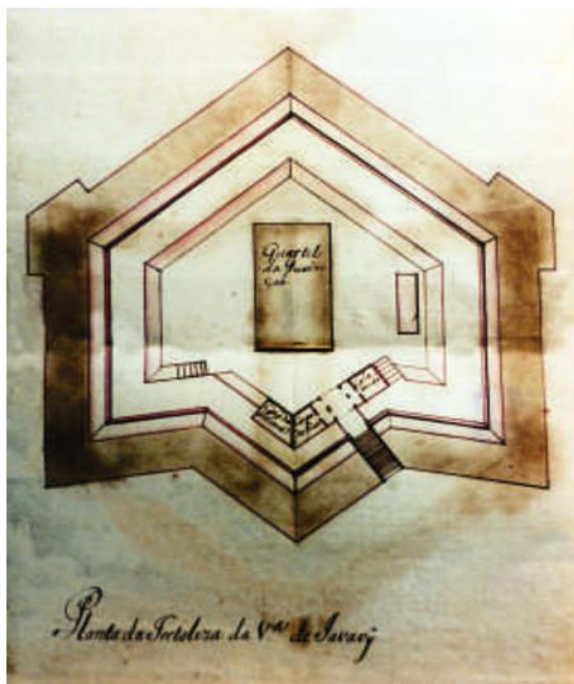
tivesse muitos canhões. Não impediriam uma invasão com um efetivo maior ou mesmo que as fortificações fossem contornadas pelos inúmeros rios e canais que há na região Amazônica, mas, como hoje, colocados em pontos-chave, patrulhas e postos de vigilância subordinados aos fortes poderiam avisar sobre uma invasão, pedir reforços e cortar as longas linhas de suprimento e retirada de um inimigo.

Nesse momento, é importante ressaltar dois pontos relevantes para entender a história militar do Brasil e para desmentir alguns de seus mitos mais persistentes: primeiro, essas fortificações de fronteira são

relativamente tardias na história nacional do Brasil, só foram feitas após 1761, depois do interior do País já ter sido ocupado por aventureiros brasileiros, vindos das regiões costeiras em busca de riqueza. Em segundo lugar, não são resultado de um projeto estratégico elaborado pelos portugueses na Europa: não se conhecia a situação do interior do Brasil com detalhes suficientes para que se pudesse, a partir de mapas, escolher a posição de fortificações e se determinassem suas guarnições. O máximo que a Coroa fez foi enviar ordens genéricas para aperfeiçoar o estado de preparo militar, o que incluía a construção de de-

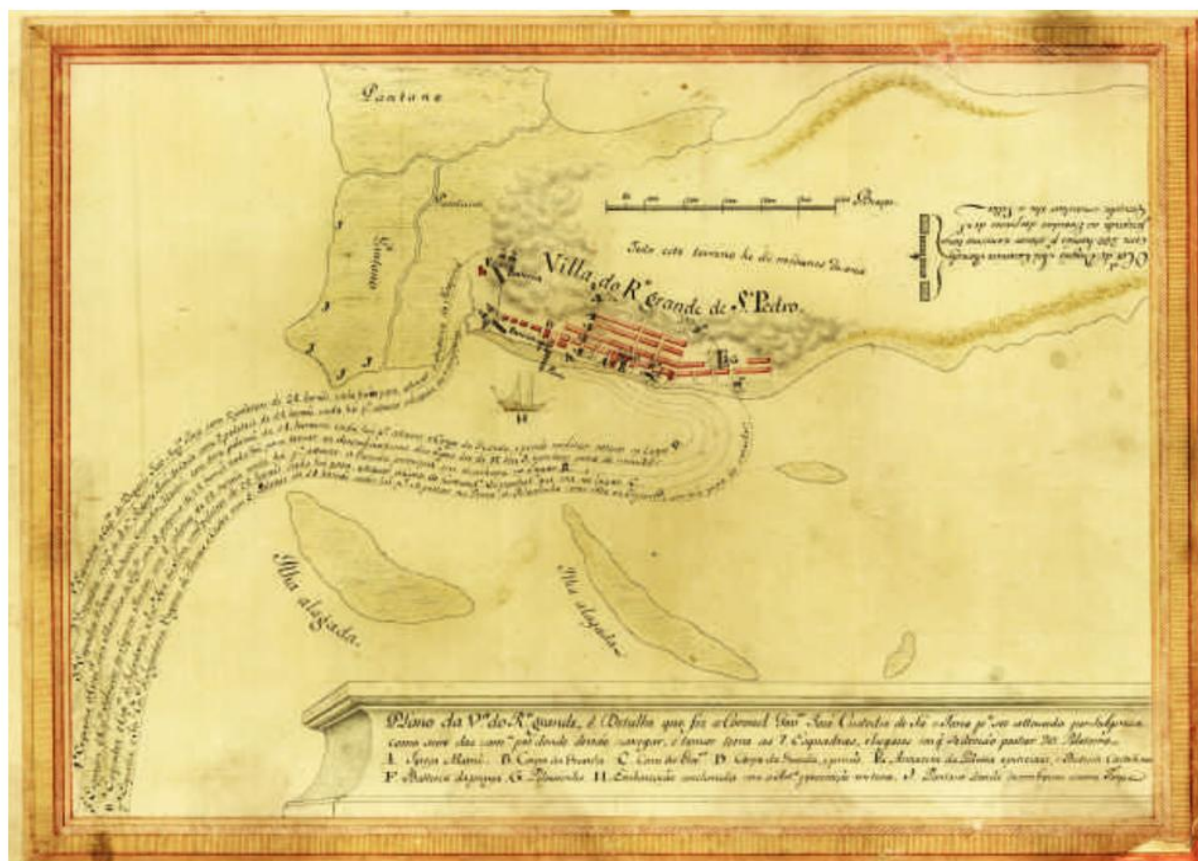
fesas. No caso do Pará e Amazonas, as ordens eram muito vagas, uma delas apenas determinando que se construíssem um forte “o mais a oeste o possível”, para garantir uma maior extensão territorial. Isso certamente não pode ser visto como parte de um plano estratégico concebido como tal.

Na prática, o processo de seleção da localização das fortificações, seu desenho e o pessoal que as defenderia ficou a cargo dos diferentes governadores de capitanias, sem que esses se comunicassem e colaborassem entre si e, às vezes, fazendo escolhas não muito sábias. Foi o caso da construção da grande cidade fortificada de Iguatemi, no território do Mato Grosso, mas construída em 1767 pela capitania de São Paulo, sem haver um acordo com a administração de Cuiabá. Só que foi erguida em um local extremamente insalubre, de diminuta importância estratégica, já que não protegia as vias de comunicação com o Mato Grosso, e que seria muito difícil de apoiar logisticamente – para chegar lá era necessária uma viagem de 1.200km, várias semanas de canoas, para se alcançar seus postos a partir de São Paulo. Dessa forma, a povoação, situada a apenas 240km das cidades espanholas no Paraguai, foi facilmente tomada em 1776, pois a guarnição estava desmoralizada pela fome e doenças que a afligiam. Outra construção que demonstra que houve problemas na escolha para a localização dos fortes foi a “fortaleza” do Rio Javari, uma construção cujo nome de fortaleza foi dado por razões psicológicas, para impressionar um possível atacante, mas que na verdade era uma pequena casa forte de madeira, construída no território do Amazonas. Erguida em 1761, foi abandonada e uma nova fortificação foi construída em Tabatinga, em 1768, por lá ser um local melhor.



A maior parte das defesas das fronteiras, com duas notáveis exceções, normalmente era de pequeno porte, feita de materiais perecíveis, normalmente a madeira, e com pouco armamento, pois era muito difícil o envio de material, pois tudo tinha que ser conduzido pelos rios em canoas, movidas a força de remos, vencendo corredeiras para chegar a seus destinos. Além disso, todo o material bélico era enviado da Europa, e a prioridade de Portugal era a defesa de seu próprio território.

Dessa forma, para o Brasil, era enviado o que podia ser dispensado na metrópole, muitas vezes material obsoleto ou antiquado. Para complicar, na Colônia, a prioridade de defesa era das capitais, nas zonas costeiras, mais ameaçadas por um ataque naval. Dessa forma, o normal em fortes do interior era o uso de canhões de pequeno calibre, alguns deles muito antigos – as bocas de fogo usadas no Forte de São Joaquim, em Roraima, em 1775, já tinham perto de cem anos de uso. Quando



Plano de ataque ao Rio Grande, 1767

foram para lá, era um material até perigoso de ser usado, por não ter sido feito com as tolerâncias necessárias para resistir aos disparos usando pólvora de composição mais moderna. No Forte de Coimbra, em 1801, os canhões eram tão pequenos que não tinham alcance suficiente para atingir a margem oposta do rio, situada a 400m de distância.

A mesma falta de apoio governamental se observa com relação às tropas – ao longo de quatrocentos anos de colonização, Portugal fez poucos esforços de envio de soldados para o Brasil: nas Guerras Holandesas; em 1767, para apoiar a Guerra no Sul; e depois das Guerras Napoleônicas, quando várias tropas foram enviadas para o Brasil, como uma forma de as retirar da Europa e, mais tarde, para controlar os de-

sejos de Independência na Colônia. Assim, as forças que guarneciam as fronteiras eram recrutadas entre os brasileiros, muitas vezes mestiços, pois esses eram “bons atiradores e nadadores, acostumados com o sertão nada lhes serve embaraço”, nas palavras do governador do Mato Grosso, Rolim de Moura.

Por sua vez, a pouca prioridade militar que foi dada ao Brasil durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) é compreensível, já que a Espanha atacou Portugal em 1762 e o exército lusitano estava desorganizado, tendo dificuldade em resistir a duas invasões hispânicas. Só que, apesar da paz em 1763, a situação de tensão entre as duas coroas ibéricas não diminuía, pelo menos na América. O tratado do Pardo (1763), que estabeleceu a paz, tinha previsto o re-

torno a uma situação de *status quo ante*, ou seja, a devolução das cidades conquistadas no conflito e, de fato, a Colônia do Sacramento, que tinha sido tomada pelos espanhóis, foi entregue aos lusitanos.

Entretanto, o tratado do Pardo e a forma como foi executado criou uma série de problemas. De início, anulou o tratado de Madri, em tese retornando à situação anterior, a de Tordesilhas, apesar de esta divisão ser totalmente inviável, considerando o crescimento da colônia brasileira. Ainda mais, a vila do Rio Grande e todo o território ao sul dela, bem como a parte norte do canal de acesso à Lagoa dos Patos, que também tinham sido conquistados e deveriam ter sido devolvidos, foram mantidos pelos espanhóis, contrariando os termos do tratado de paz. Isso criava uma situação em que se esperava o reinício das hostilidades a qualquer momento, especialmente tendo em vista que o canal do Rio Grande era a forma mais fácil de abastecer o interior do Rio Grande do Sul, com as povoações lusitanas de Porto Alegre e Rio Pardo.

Foi um período de conflitos, apesar de haver uma paz formal. Em 1766, forças espanholas da Bolívia tentaram um ataque contra o Forte da Conceição, em Rondônia. No ano seguinte, as tropas brasileiras no Rio Grande do Sul fizeram um ataque surpresa, reconquistando o Forte de São José do Norte, que controlava a parte setentrional do canal do Rio Grande. Tentaram no mesmo ano retomar a povoação do Rio Grande, mas fracassaram. Em 1773, foi tomado o forte espanhol de Santa Tecla e, dois anos depois, o de São Martinho, ambos no Rio Grande. Ainda em 1775, forças vindas de Belém destruíram duas pequenas fortificações espanholas no Rio Uraricoera, no atual estado de Roraima, construindo em seguida o Forte de São Joaquim, para impedir novas incursões hispânicas vindas da



Alegoria da tomada do forte de S. Tecla por Rafael Pinto Bandeira

Venezuela. Finalmente, em 1776, tropas portuguesas, do Rio de Janeiro e de Pernambuco, reconquistaram a margem sul do canal do Rio Grande, tomando oito fortes que estavam em mãos espanholas.

Por sua vez, os hispânicos fizeram um contra-ataque geral em 1777, forças do Paraguai destruíram a praça forte de Iguatemi, no Mato Grosso do Sul, e argentinos tomaram a Colônia do Sacramento. Da Espanha veio uma imensa expedição com mais de 10.000 homens, que tomou a Ilha de Santa Catarina. Era uma guerra em todos os aspectos, menos no nome.

Em fevereiro de 1777 morreu o Rei de Portugal, D. José I, e houve uma grande modificação na política portuguesa, conhecida como a *viradeira*. Assumiu o governo a rainha D. Maria I, uma princesa espanhola, que, em março demitiu o marquês de Pombal, um dos idealizadores da política de fixação de fronteiras por meio de forti-



Fortificações que definiram as fronteiras

ficações. Em outubro, foi assinado um novo acordo de limites, o de Santo Idelfonso, nas mesmas linhas que o de Madri, de 1750. Um documento importante, pois tem uma cláusula que deu razão a toda política de construção de fortes entre 1758 e 1779: seu artigo 12 especificava que a fronteira norte deveria respeitar os estabelecimentos portugueses nos rios Japurá e Negro, seguindo pelo divisor de águas entre as bacias do Orinoco e o Rio Negro.

Os estabelecimentos portugueses citados no artigo do tratado eram pontos que tinham sido marcados no Amazonas pelos fortes de São José do Javari, construído em 1762, mas depois substituído pelo de Tabatinga, em 1768, para a defesa do Rio Solimões; pela casa forte de Marabitanas (1761); o Forte de São Gabriel da Cachoeira (1762), no Rio Negro; e o Forte de São Joaquim, no rio Branco, atual estado de Roraima, construído em 1775. Também ao norte, no Pará, foram reconstruídas as defesas de Gurupá (1760) e Santarém (1762); e a de Macapá (1761) no atual Amapá, para impedir um ataque terrestre Francês, um país que tradicionalmente era aliado da

Espanha e que cobiçava a foz do Amazonas. O sistema de defesa do norte era complementado pelo Forte da Conceição (1762), em Rondônia, protegendo a navegação do Guaporé, fortificação depois substituída pelo Príncipe da Beira (1776). Para fechar o avanço espanhol no Rio Paraguai, foi erguida a fortificação de Coimbra em 1774. No Rio Grande do Sul, foram feitas 20 fortificações para garantir a área em disputa.

Como colocamos no título desse artigo, as fortificações foram marcos da posse do território, construções físicas, muito mais sólidas que argumentos em papel. Esse é

um ponto importante para entender a história diplomática do Brasil com relação a nossos vizinhos: como dissemos no início, as antigas colônias hispânicas nas Américas muitas vezes usavam como argumento para a definição de suas fronteiras, o *uti possidetis*, mas de forma diferente. Para eles, o interessante era a posse em termos legais, o *uti possidetis de jure*, baseado em divisões administrativas. É por isso que alguns países invocaram o tratado de Santo Idelfonso em suas discussões de fronteira, ignorando que esse documento legal foi invalidado pela Guerra das Laranjas (1801), que resultou na aquisição da região das Missões, no Rio Grande do Sul. Usualmente, em discussões de limites, a posição mantida pelo Brasil, a do *uti possidetis de facto*, a posse real de um território, marcado pelas fortificações, era muito mais sólida, pois, como diz o ditado popular, a posse é nove décimos da lei.

Com poucos recursos e, basicamente, sem apoio militar de Portugal, os governadores das Capitanias fizeram, em um curto período de tempo, um grande esforço de defesa no interior e na costa. Durante a época de maior risco de guerra com a Es-

panha – de 1758 a 1777 –, tropas do Brasil reformaram ou reconstruíram 140 fortificações no país. A maior parte ainda era na costa, mas, como novidade, 55 delas foram erguidas em posições que sofriam ameaças de ataques por fronteiras terrestres. A maior parte dessas posições desapareceu, por terem sido feitas de forma improvisada, com materiais de pouca duração, mas outras sobreviveram, mesmo como ruína, para se tornarem monumentos à perseverança e capacidade dos habitantes em se mobilizarem para vencer as maiores dificuldades – é o caso dos fortes de São José de Macapá, Príncipe da Beira e Coimbra.

Esses fortes marcaram os limites do atual território nacional, muito antes que outros países tivessem suas fronteiras defi-

nidas. É por isso que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional apresentou a Unesco o pedido de inclusão de 19 fortificações para serem inscritas no patrimônio mundial, pois a ação militar de brasileiros definiu em poucos anos o território de um país de dimensões continentais.

Podemos fazer aqui uma correlação do passado com os dias de hoje: a escolha do local dessas fortificações, feita com base em informações de sertanejos, sem o auxílio de mapas, foi tão sábia que até hoje o Exército está presente nos pontos selecionados no Século XVIII, todos eles são ocupados ou têm nas suas proximidades Pelotões Especiais de Fronteira ou outras unidades militares, ainda hoje garantindo a integridade do País.

Repelir o inimigo ou sepultar-se debaixo das ruínas do forte

Ricardo Franco de Almeida Serra



Forte de Coimbra

Adler Homero Fonseca de Castro

Doutor em história, historiador do IPHAN, pesquisador do CEPHiMEEx, Membro do IGHMB, autor da série de livros *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro*.

UMA REALIDADE BRASILEIRA: CAMIONETA MILITAR JEEP ¾ ton WILLYS-OVERLAND DO BRASIL

A primeira grande
exportação brasileira
de um veículo
militar nacional

Expedito Carlos Stephani Bastos

Foto usada em uma propaganda veiculada na imprensa brasileira mostrando o mais novo produto de veículo militar desenvolvido pela indústria automobilística brasileira Willys-Overland do Brasil, no início dos anos de 1960. Um veículo 4x4 transportando tropas e rebocando um canhão antitanque de 37mm nas dependências do 4º Regimento de Infantaria, em Quitaúna – SP.

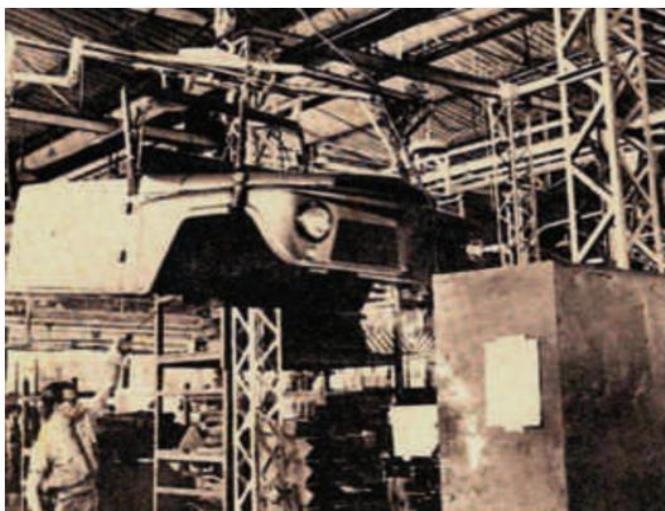
Foto: Seção de Periódicos – Biblioteca do Autor)

No início dos anos de 1960, a Comissão de Estudos de Tipos de Viaturas do Exército Brasileiro iniciou o processo de aprovação, após a realização de uma série de provas nos Campos de Instrução de Geriçó e da Marambaia, de um novo veículo militar de ¾ de toneladas, tração nas quatro rodas, cabine aberta, desenvolvido pela Willys-Overland do Brasil, atendendo a sugestões da Diretoria de Motomecanização do Exército.

No futuro, tinha a intenção de poder produzir no país um veículo capaz de subs-

tituir os antiquados modelos de veículos militares recebidos durante a década de 1940 pelo Exército Brasileiro provenientes dos Estados Unidos da América para equiparem as unidades mecanizadas entre os diversos modelos adquiridos, muitos eram Dodge ¾ toneladas em várias versões.

Com o passar dos anos houve grande dificuldade de peças de reposição e com isso começou a haver uma necessidade de substituir os Dodge por veículos mais modernos e que fossem de fabricação nacional, pois, no final da década de 1950 e na seguin-



Linha de produção da "Cachorro Louco" na fábrica da Willys-Overland do Brasil em São Bernardo do Campo, SP
Fotos: Seção de Periódicos – Biblioteca do Autor



Foto: Seção de Periódicos – Biblioteca do Autor

Diversas Camionetas Militares Jeep Willys $\frac{3}{4}$ toneladas sendo embarcadas no Porto de Santos rumo a Portugal em 1961, fotografada pela imprensa brasileira à época

te, a implantação da Indústria Automobilística no Brasil deu um grande impulso com diversas montadoras estrangeiras se instalando no país, principalmente em São Paulo.

Dentre as diversas empresas, podemos destacar a **Willys Overland do Brasil** que estava desenvolvendo uma versão nacional para o Rural Jeep Willys $\frac{3}{4}$ ton, criando assim a **CAMIONETA MILITAR JEEP WILLYS $\frac{3}{4}$ TON**, que seria produzida em diversas versões e que acabou antes mesmo de ter sido aprovada pelo Exército Brasileiro, porém, esta foi exportada para o Exército Português, que necessitava de um veículo 4x4 de custo baixo, fácil manutenção e disponível para pronta entrega, para ser empregado nos conflitos que estavam ocorrendo em suas colônias na África, na Guerra do Ultramar (1961 – 1974).

Destacamos que esta foi a primeira grande exportação brasileira de veículos militares, produzidos em série, quando 150 foram entregues ao Exército Português (a pretensão era de 500) e usados por diversas unidades, incluindo aí os paraquedistas, principalmente, em missões em Angola, Moçambique, Guiné, São Tomé, Timor e Cabo Verde a partir de 1962.

Nos documentos existentes no Arquivo Histórico Militar de Lisboa, foi possível encontrar o parecer: **AQUISIÇÃO DE VIATURAS DE $\frac{3}{4}$ TONELADAS (JEEPÕES)** do Chefe do Estado Maior do Exército Português, então General Luis Maria da Câmara Pina, datado de 11 de novembro de 1961, onde na página 8 diz:

“Os jeepões brasileiros, que têm grande interesse sob o ponto de vista econômico e sob o ponto de vista militar são comparáveis aos jeepões Dodge, que equipava as unidades SHAPE, está a ser objeto de estudo por parte de nossos serviços técnicos. Será uma viatura a considerar nas futuras aquisições do Exército.”¹

As principais modificações em relação a versão civil foram:

- 1- Chassi reforçado;
- 2- eixos 53x9 (curto);
- 3- Pneus 750x16;
- 4- Aros de roda 1" mais largos que o original;
- 5- Para-choque dianteiro reforçado;
- 6- Grade nos faróis dianteiros;
- 7- Dois ganchos na dianteira;
- 8- Algumas possuíam guinchos mecânicos da marca RAMSEY;
- 9- Um farol de aproximação no para-lama dianteiro no lado esquerdo;
- 10- Quadro de para-brisa basculante e com abertura para frente;
- 11- Capota de lona na dianteira e traseira;
- 12- Chave de luz militar de três estágios;
- 13- Na cabine, bancos de estrutura de canos e individuais;
- 14- Na cabine, pá e machado com ponta de picareta;
- 15- Carroceria traseira com dois bancos de tropa e estrutura para capota e refletores na parte externa da lataria;
- 16- Na traseira, um gancho para rebocar um canhão ou reboque de 1/4ton;
- 17- Duas lanternas militares e dois refletores;
- 18- Dois para-choques militares;
- 19- Uma tomada de força (elétrica);
- 20- Meia porta na cabine.

Neste mesmo documento é possível constatar a grande demanda do Exército Português por veículos deste porte e não era possível comprar grande quantidade de um único fornecedor, pois necessitavam imediatamente, conforme consta de um parecer do Ministério do Exército, datado



Foto: Adriano Augusto Júlio, via Allison Paese – blog jeepguerreiro)

Rara foto histórica, retratando o momento do embarque das 150 unidades da Camioneta Militar Jeep Willys ¾ de toneladas para o Exército Português, em 1961, no porto de Santos. Esta foi remetida ao blog <http://jeepguerreiro.blogspot.com> de Allison Paese por um ex-funcionário da Willys, do Departamento de Importação e Exportação em São Bernardo do Campo, que cuidou pessoalmente dos documentos necessários para o embarque, no porto de Santos, SP. Trata-se do Sr. Adriano Augusto Júlio, que inclusive aparece na foto (primeiro à esquerda)



Foto: Arquivo Histórico Militar – Lisboa – PT/AHM/Div/2/2/157/1).

Camioneta Militar Willys ¾ton acompanhada de uma Dodge do Exército Português em missão de reconhecimento, muito provavelmente em Angola, nos anos de 1960. Notar a matrícula do Exército Português no para-choque frontal



Foto: Arquivo Histórico Militar – Lisboa – PT/AHM/Div/2/2/157/1

Um jeep M-606 e uma Camioneta Militar Willys ¾ton em missão de patrulhamento em Angola nos anos de 1960



Foto: Arquivo Histórico Militar – Lisboa – PT/AHM/Div/2/2/157/1

Coluna de Camioneta Militar Jeep Willys ¾ ton da Companhia de Caçadores 406 em Angola nos anos de 1960



Foto: Exército Português

Foto não muito nítida mostrando uma Camioneta Militar Willys ¾ton em missão de comboio numa estrada remota de uma das colônias portuguesas em África

de 03 de novembro de 1961, onde é possível verificar que o Plano de Mobilização até agosto daquele ano estabelecia a necessidade de 1.370 viaturas de ¾ toneladas para atender às unidades em Angola, Moçambique, Guiné, São Tomé, Timor e Cabo Verde, o qual foi elevado para 1.821 viaturas desta categoria.

Também era necessário levar em conta que precisavam deste modelo de veículo no território português, sendo que os existentes provinham dos Estados Unidos (Dodge) e Canadá (Dodge e Chevrolet).

Assim a disponibilidade para novas encomendas recaíram sobre os modelos Land Rover (250 unidades), Unimog S (150 unidades) e Willys (100 unidades), sendo que a partir de 1961 as perdas em combate foram sendo crescentes e havia a necessidade urgente em substituí-las.

No mesmo documento menciona-se: *... “Os jeepões brasileiros, que têm grande interesse sob o ponto de vista econômico e sob o ponto de vista militar são comparáveis ao jeepão Dodge, que equipavam as unidades SHAPE, está a ser objeto de estudo por parte de nossos serviços técnicos. Será uma viatura a considerar nas futuras aquisições para o Exército.”*

Aqui cabe destacar que a variação de preço entre o Willys e o Unimog S era pequena, embora o Unimog S fosse mais caro, mas nas operações, o Unimog S era muito superior ao Willys. No quesito ferramental aqueles vinham com grande quantidade de acessórios, enquanto os Willys vinham apenas com um macaco e uma chave de rodas, o que impossibilitava os seus condutores, efetuarem a manutenção.

O nome **CAMIONETA MILITAR JEEP WILLYS ¾ton** permaneceu até 1967, quando a FORD DO BRASIL comprou a Willys e passou a denominação desta versão para F-85, com diversas unidades uti-

lizadas pelo Exército Brasileiro, totalizando aproximadamente 1.500 de todos os modelos e versões.

Essas viaturas tinham caixa de marchas de três velocidades, sendo a 1ª seca até 1966, recebendo posteriormente caixa de marchas de três velocidades com a 1ª sincronizada e alavanca na coluna. As viaturas ficaram conhecidas no Exército com o nome de: **CACHORRO LOUCO**, em razão de sua baixa silhueta quando operava sem capota e com o para-brisa rebaixado e de **JIPÃO MILITAR ¾ton**.

Vale ainda ressaltar que alguns exemplares da versão F-85, já produzida, pela Ford, saíram da linha de produção com motor 6 cilindros de 2.600 e 3.000 cilindradas, sendo que a partir de 1975 receberam motor Ford OHC de 90hp de 4 cilindros. Apenas a versão ambulância não possuía a carroceria separada, como nos demais modelos, além de ter recebido um rebaixo na lateria no lado direito para acomodar um galão de 18 litros e possuía câmbio de quatro marchas.

Nas principais versões empregadas no Exército possuíam:

- Metralhadora de 12,7mm (.50) ou 7,62mm;
- Canhão sem recuo de 106mm;
- Estação de rádio militar;
- Modificação para disparar foguetes;
- Viatura ambulância.

O desenvolvimento deste veículo na versão militarizada foi de vital importância para o desenvolvimento da indústria de defesa nacional, voltada para a produção militar de diversos tipos e modelos, que ajudaram, em muito, a diminuir a dependência externa numa área tão vital como a de veículos militares e atendeu

muito bem às necessidades do Exército Brasileiro, mas acabou sendo superado por modelos mais robustos no quesito exportação. Mas vale aqui o registro.



Foto: Exército Português

Uma Camioneta Militar Willys ¾ton armada com uma metralhadora pesada, devidamente camuflada com toda a sua tripulação em situação real de combate nas colônias portuguesas na África



MANUAL DE
INSTRUÇÕES
CAMIONETA
MILITAR

Jeep

3/4 ton — 4x4

WILLYS-OVERLAND



FABRICANTE DE VEÍCULO DE ALTA QUALIDADE

Foto: Arquivo Angelo Melani

Vista lateral da Camioneta Militar Willys ¾ton, mostrando sua baixa silhueta sem a capota e com para-brisa rebaixado e a mesma camioneta com o para-brisa levantando e com capota



Fotos: Coleção autor

Foto: Coleção autor



A versão mais diferente dentre todos os modelos desenvolvidos e produzidos para a Camioneta Militar Willys ¾ton foi a com carroceria modificada na sua parte traseira, onde foi acoplado um lançador de foguetes M-108, de disparo elétrico, com capacidade de disparar salva de até dezesseis foguetes de 108mm. Esta versão ficou conhecida como Fv-108 R

FICHA TÉCNICA – VERSÃO WILLYS

Motor: Willys BF-161

Tipo: Cilindros em F.

Nº de cilindros: 6

Diâmetro dos cilindros: 3 1/8" (79,37mm)

Curso dos êmbolos: 3 1/2" (88,90mm)

Diâmetro dos munhões da árvore de manivelas: 2,250" (21/4")

Cilindrada: 161 polegadas cúbicas. (2.63'8cc)

Taxa de compressão: 7,6:1

Potência ao freio máximo a 4.000 RPM: 90HP

Torque máximo a 2000RPM: 135 libras pé (18,67kgm)

Compressão: 155 libras a 185 RPM

Ordem de inflamação: 1 - 5 - 3 - 6 - 2 - 4

Temperatura de funcionamento: 175º a 194º F (80º 90ºC)

Distância entre eixos: 299,70cm

Distância do solo mínimo: 22cm – frente / 22,5cm – atrás

Comprimento total: 510cm

Largura total: 188,47cm

Bitola: dianteira 144,78cm – traseira 154,94cm

Altura: máxima 206cm - mínima 140cm

Capacidade de carga: 3/4ton - QT (qualquer terreno) + um reboque de 1/4 ton (250kg)

Reservatório de gasolina: 66,2 litros

Sistema de arrefecimento: 10,410 litros

Sistema de lubrificação: 5,676 litros

Peso: em ordem de marcha com água, óleo e combustível – 1780kg

Peso: em ordem de embarque sem água, óleo e combustível – 1675kg

Carregado: 2505kg

Pneus: Rodagem 7.50x16

Pressão: 45 libras

Sistema Elétrico: 12 Volts - Bateria de 54 ampéres.

¹ In Documentos - PT/AHM/PO/7/B/41/364/5 do Arquivo Histórico Militar – Lisboa.



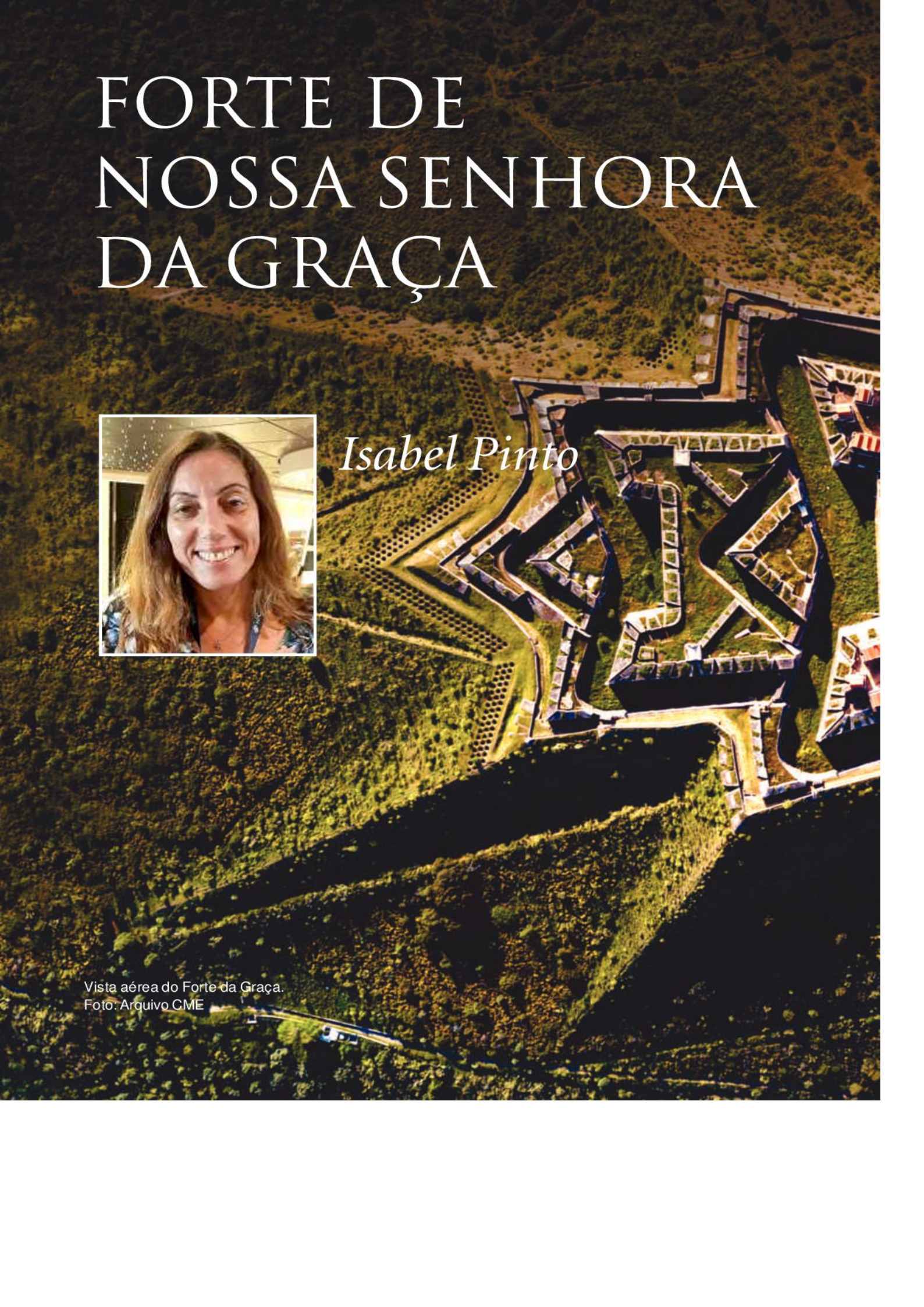
Expedito Carlos Stephani Bastos
Pesquisador de Assuntos Militares
defesa@ecsbdefesa.com.br

FORTE DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA



Isabel Pinto

Vista aérea do Forte da Graça.
Foto: Arquivo CME





“O Forte continua a ser
uma obra prima de
fortificação cuja arte
se esgotou aqui
completamente (...)”.

*A viagem de Christian, Príncipe de
Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve,
descrita pelo Barão von Wiederhold,
1798.*



Vista aérea do Forte da Graça com a cidade de Elvas a Sul. Foto: Arquivo CME

LOCALIZAÇÃO

O Forte de Nossa Senhora da Graça ou de Lippe está implantado no Monte de Nossa Senhora da Graça, na Freguesia de Caia, São Pedro e Alcáçova, no Concelho de Elvas (38°53'40.62"N/7°09'51.01"W, Portalegre, Portugal). Está classificado como Monumento Nacional desde 1910 (Decreto de 16/06/1910, Diário do Governo, 1ª Série, nº 136, de 23 de Junho de 1910) e integra a lista dos bens patrimoniais classificados como Património Mundial pela UNESCO da classificação da Cidade-Quartel fronteiriça de Elvas e suas fortificações desde 30 de Junho de 2012. Em 2013, foi cedida à Câmara Municipal de Elvas a gestão dos 30 prédios militares localizados no Centro Histórico da cidade, propriedade do Ministério da Defesa, com vista à sua recuperação e fruição pública¹. É neste con-

texto que surge a recuperação do Forte da Graça (2014-2015), que se encontrava em avançado estado de degradação, desde a sua desativação militar a 1 de julho de 1989.

ANTECEDENTES

O Monte de Nossa Senhora da Graça foi o local escolhido para implantação de um dos mais poderosos e complexos fortes abaluartados do mundo, a uma altitude de 405 metros. Ainda no século XV aqui se situava a capela de Nossa Senhora da Graça. Este pequeno templo só teria desaparecido por completo com o início dos trabalhos de construção do Forte por volta de 1763. Há notícia de que, em meados do Século XIV, a ermida estaria muito degradada, tendo sido reconstruída a expensas de uma devota senhora, D. Catarina Mendes, que viria a ser bisavó de Vasco da Gama.

Durante o Cerco de Elvas (1658-1659), no contexto da Guerra da Restauração, o exército espanhol tomou o local e nele instalou uma posição de artilharia, a partir da qual atacou severamente a cidade, situação que viria a repetir-se em 1762, durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), quando a cidade é de novo cercada, tendo o inimigo escolhido o Monte da Graça para instalar o ataque. Ficava clara a necessidade de fortificar aquele local para tornar a Praça de Elvas verdadeiramente segura.

HISTÓRIA

Atribui-se a D. José I, ou ao seu Ministro D. José de Carvalho e Melo, a iniciativa da construção do Forte da Graça, ainda em 1763, no rescaldo da Guerra dos Sete Anos. O objetivo era o de construir uma fortaleza que permitisse completar o circuito defensivo da cidade, no sentido de uma eficácia plena. O Marechal Wilhelm von Schaumburg-Lippe, que veio para Portugal por indicação dos aliados ingleses com vista à reorganização dos exércitos, foi o responsável pelos planos da construção desta fortificação em 1763. As obras foram inicialmente dirigidas pelo Engenheiro francês Éttiene, mas desenvolveram-se sob o comando do Engenheiro militar francês Guillaume Louis Antoine de Valleré e terminaram em 1792.

A obra do forte foi extremamente exigente para a região, tendo chegado a envolver nos trabalhos cerca de 6.000 homens por dia, chegando a um total de 32.000 homens e 4.000 animais. Deste contingente, 1.500 homens eram utilizados só para transportar água da Fonte do Marechal para os terrenos da obra. Este volume de trabalhadores fez com que se tivessem construído algumas habitações e lojas para os operários junto à

Quinta do Vedor dando origem à pequena povoação ainda hoje existente.

O Forte é identificado na documentação como Forte de Lippe, em alusão ao seu arquiteto principal, contudo, em 1777, já no reinado de D. Maria I, recebe a designação de Nossa Senhora da Graça, em memória da antiga capela daquela invocação. O projeto foi desenhado para uma guarnição de 1.500 homens, distribuídos por 1.200 de infantaria, 200 artilheiros, 100 mineiros e armado com 143 bocas de fogo. Com a Guerra Civil (1828-1834), o Forte é readaptado, passando muitos dos espaços dos quartéis e dos paços a assumirem novas funções. Em 1875, é criada uma Companhia de Correção, que se transforma em Depósito Disciplinar Militar em 1894. Com a implantação da República (1910), o Forte da Graça transforma-se numa prisão política até 1975.

ARQUITETURA

O Forte de Nossa Senhora da Graça constitui um exemplo notável da arquitetura militar do século XVIII e é considerado pelos especialistas como uma das mais poderosas fortalezas abaluartadas do mundo. Foi projetado com traçado abaluartado segundo a escola de fortificação francesa do primeiro sistema do Marquês de Vauban, com ângulos de flanco obtusos, linha de defesa rasante, sem flancos secundários para defender as faces dos baluartes, obras avançadas triangulares afastadas das cortinas, optando-se por revelins, e com traveses no caminho coberto. De acordo com Domingos Bucho², o Forte da Graça ou de Lippe é original pela sua conceção, uma vez que a sua implantação num monte bastante elevado e numa área útil muito reduzida obrigou a esconder quase todos os espaços para a sua logística em pisos sobre-



Edifício do reduto central encimado pela Casa do Governador

Foto: Alberto Mayer



Porta do Dragão

Foto: Alberto Mayer

postos ou encostados aos terraplenos do corpo principal. É constituído por três corpos: as obras exteriores, o corpo principal e o reduto central.

O corpo principal inscreve-se num quadrado de 145m de lado e é formado por quatro baluartes (Santo Amaro a SO;

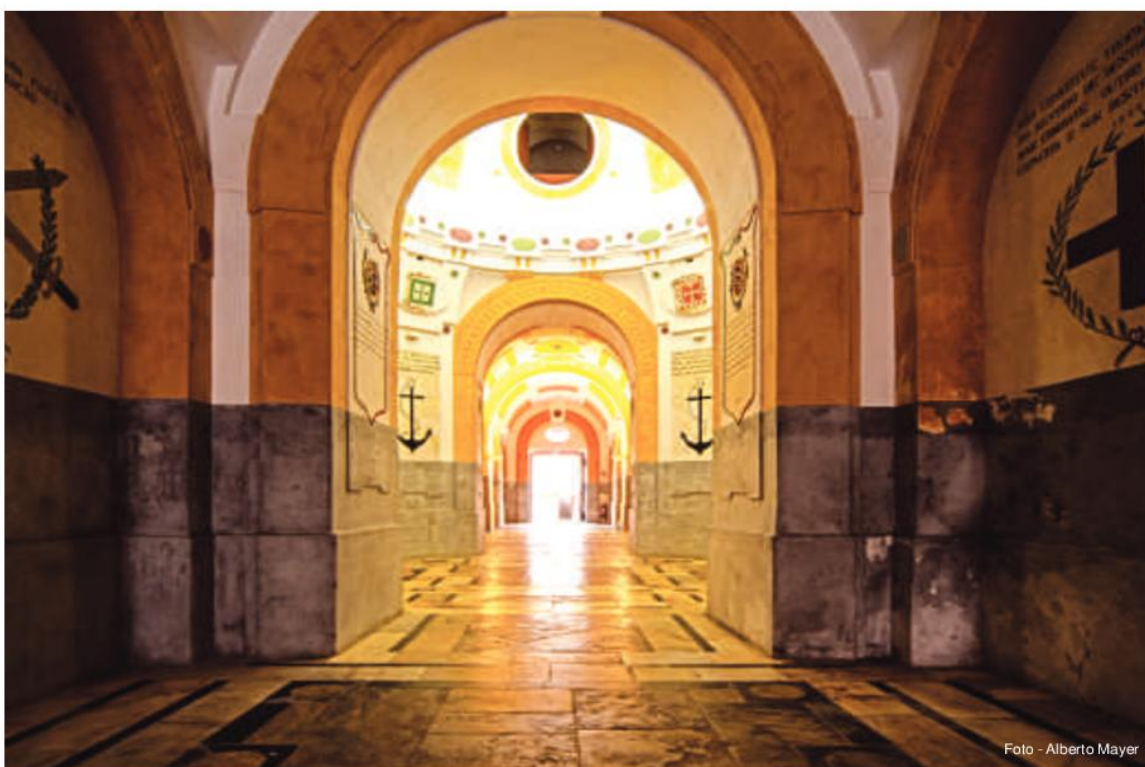
Malefa a NO; Badajoz ou Estação a NO; Cidade a SE). Este conjunto é rodeado exteriormente pelo fosso principal da fortificação. Existe um outro fosso interior, que divide o recinto magistral do reduto central, está implantado a uma cota mais alta e é mais estreito. Neste conjunto existem duas portas: a Porta do Dragão e a Porta interior.

O reduto central, de formato quadrangular e com cinco pisos, apresenta, no piso 0, para além da capela, dois enormes corredores, que se cruzam. A capela, de características originais, apresenta uma planta em cruz grega e uma capela-mor circular contendo cada braço da igreja uma dependência abobadada terminando numa canhoneira elíptica. Posteriormente, apenas um dos braços continuou a ser capela passando os restantes a constituir o refeitório dos incorporados em Depósito Disciplinar.

O segundo pavimento do reduto central é todo ele circundado por casamatas e compartimentos defensivos com aberturas de tiro para proteção da parte superior da construção, na qual se encontra a Casa do Governador. Tem planta em cruz grega, apresentando no centro um compartimento circular em torno do qual se desenvolvem todos os outros espaços. A comunicação entre os pisos da casa faz-se por escada interior e uma exterior, virada à cidade, com patamar alpendrado.



Porta Interior



Piso térreo do reduto central onde se cruzam os corredores

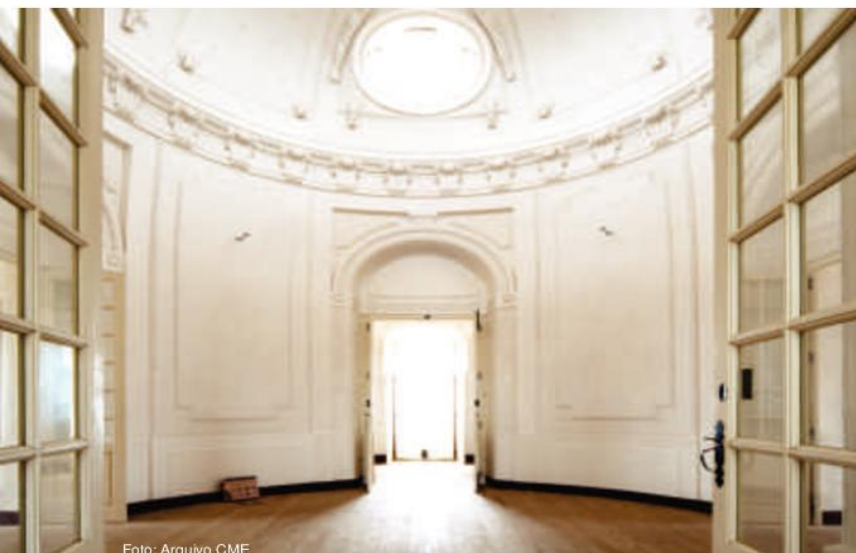


Foto: Arquivo CME

Estuques pintados do interior da Casa do Governador.



Foto: Alberto Mayer

Forno para cozer o pão para os militares

No interior, a sala central do piso inferior tem pinturas, de 1939, alusivas à construção do forte, seus intervenientes e outros factos históricos. O segundo piso, correspondendo à área residencial, tem maior proliferação de estuques relevados, com motivos vegetalistas e geométricos. Esta preocupação arquitetónica e decorativa patente no forte, sobretudo no reduto cen-

tral e casa do governador, é rara nas fortificações nacionais, dada à frequente urgência com que eram construídas e à necessidade de privilegiar o seu carácter militar e defensivo em detrimento de outros.

Faz parte integrante da arquitetura do Forte uma cisterna subterrânea que servia para armazenar água suficiente para seis meses. Esta estrutura recebe as águas pluviais provenientes das varandas do reduto central e do recinto magistral, que percorrem diversos depósitos, passando por sucessivos processos de filtragem até chegarem ao depósito principal.

As obras exteriores do Forte são constituídas por hornaveque, caminho coberto de traçado tenalhado, covas de lobo e esplandada, revelins e contraguardas.

De acordo com Sofia Guerra, o Forte “apresenta características defensivas na totalidade dos seus espaços, não se podendo considerar nenhuma das partes atingível pelo inimigo, nem mesmo a Casa do Governador, de cujo terraço superior se podem contar oito linhas de muralhas

vistas na direção do hornaveque. Todos os seus caminhos, casas e compartimentos são dotadas de abertura de tiro para fuzilaria, ou apresentam canhoneiras, de forma a bater toda a envolvente exterior, inclusivamente os pendentes da esplanda (*glacis*) garantido, deste modo, praticamente uma defesa insuperável”³. O Forte da Graça é ainda uma obra-prima em termos materiais, já que foi construído com alvenarias de excelente qualidade e de

enorme espessura, contribuindo para a sua preservação.

Domingos Bucho⁴ salienta que o seu traçado de grande racionalidade favoreceu a economia do espaço e potenciou a sua capacidade defensiva, expressa nos seguintes aspetos: a) Na planta quadrada do corpo principal do Forte com 145m de lado, possuindo um baluarte em cada vértice e um revelim em cada cortina; se unirmos os vértices dos revelins obtemos um outro quadrado igual ao do corpo principal; b) Na geometria das frentes dos baluartes com ângulos de flancos obtusos, linha de defesa rasante; c) Nas dimensões do reduto central, que se insere num quadrado de 40m de lado que tem os seus vértices apontados para as cortinas, na mesma linha dos revelins, para potenciar a sua capacidade defensiva. O reduto é facetado nesses vértices, dando origem a um octógono, com quatro faces reduzidas, que facilitava a circulação de apetrechos de guerra; d) Na



Galeria com pinturas murais de caráter doutrinário e moralista de elevado interesse histórico e completamente inéditas em estruturas fortificadas

obra exterior que defende a aproximação do inimigo a NE, que é uma obra corna com revelim, completamente simétrica; e) Na construção de *glacis* com taludes que têm a sua aresta no prolongamento das linhas capitais dos baluartes, obrigando a que o inimigo não possa instalar ba-



O Revelim da cidade onde se localizam as áreas de acolhimento ao público

terias nessa linha; f) No acentuado declive que constitui grande dificuldade para quem sobe e para quem ataca, pois o Forte não é visível para quem sobe a elevação; g) Na existência três linhas paralelas de covas de lobo nas zonas críticas, nomeadamente frente à obra corna, dificultando a aproximação da infantaria inimiga.

A RECUPERAÇÃO PARA A FRUIÇÃO PÚBLICA

O Forte da Graça foi alvo de um projeto de recuperação e adaptação para o desenvolvimento de atividades culturais, promovido pelo Município de Elvas, entre 2014 e 2015. A intervenção teve como objetivo tornar o monumento visitável, dotando-o das valências próprias para esse fim, tais como: receção/loja; instalações sanitárias; cafetaria; áreas para serviço educativo e auditório.⁵

O Projeto de Arquitetura, em articulação com o Programa de Conservação

e Restauro, definiu cinco percursos-chave de visita que refletissem o monumento em toda a sua escala. A grandeza do conjunto levou, obrigatoriamente, a uma seleção de espaços onde é permitida a visita pública livre, reservando-se outros para visitas acompanhadas e percursos controlados.

A recuperação do monumento como um testemunho da arquitetura militar do século XVIII foi o ponto de partida do Programa de Conservação e Restauro não omitindo, contudo, a história da utilização do edifício e as suas transformações ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX: o Forte do século XVIII, com destaque para os diferentes aspetos da sua construção/arquitetura em diferentes pontos- casernas, paióis, cozinhas, cisterna, igreja, baluartes, revelins, hornaveque e o devido enquadramento da sua construção no seu contexto histórico, no âmbito da arquitetura militar e da evolução da pirobalística; e o Depósito Disciplinar Militar de 1834 até 1989 (prisão



Réplica de reparo junto a receção do Forte

Foto - Alberto Mayer

política entre 1910 e 1974). As ações de conservação e restauro se assentaram numa abordagem de intervenção mínima, sem lugar para a retirada de estruturas que não as essenciais, imperando o bom senso e um sentido de hierarquização da memória, orientado pela informação histórica e pela investigação.

Em conclusão, é possível afirmar que a intervenção realizada favoreceu a preservação da memória histórica desta região e da comunidade que a define. O

Projeto de recuperação do Forte da Graça contribuiu para a preservação e conservação do monumento, reforçando a atratividade da cidade de Elvas como Património Militar; dinamizou a economia local proporcionando a criação de postos de trabalho; contribuiu para o reforço da iden-

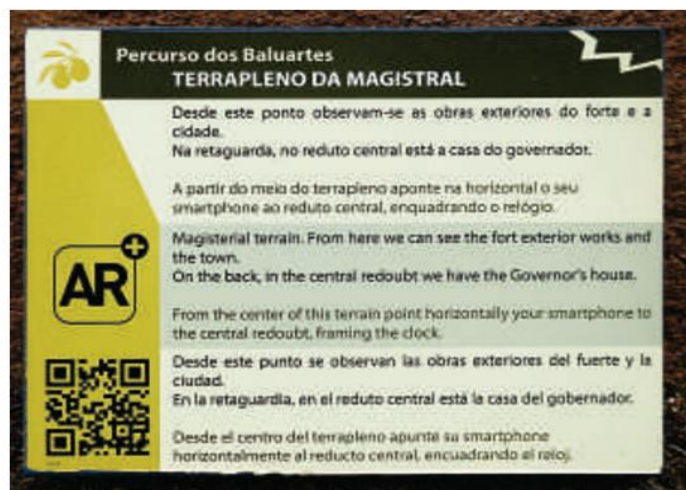


Foto Isabel Pinto

Sinalética dos percursos de visita

tidade local e incrementou a afirmação de Elvas em nível nacional e internacional, possibilitando o aumento do número de turistas num território outrora de guerra, mas que no presente se afirma como um espaço de paz, de diálogo e de convivência multicultural.

Notas

¹ Despacho n.º 14803/2013, DR, 2.ª série, de 15 novembro, autoriza a cedência de utilização, a título precário e oneroso, do imóvel ao Município de Elvas, pelo prazo de 40 anos, mediante contrapartida financeira de 4.229.400,00 euros, sendo abatido do cadastro do Exército; 15 novembro - publicação do Despacho n.º 14803/2013, em DR, 2.ª série, n.º 222, com a cedência de utilização, a título precário e oneroso do forte ao Município de Elvas, pelo prazo de 40 anos; 26 novembro - auto de cedência e aceitação entre o Estado (Direção-Geral do Tesouro e Finanças e a Direção Geral de Armamento e de Infraestruturas de Defesa) e o Município de Elvas.

² Cf. BUCHO, Domingos, *Métodos e escolas de fortificação abaluartada em Elvas*, Edições Colibri, 2010.

³ Cf. GUERRA, Sofia, O Forte de Nossa Senhora da Graça in *Revista Monumentos*, n.º 28, IHRU, 2008, pág. 48.

⁴ *Idem*.

⁵ O Forte da Graça abriu-se ao público a 27 de novembro de 2015, com a presença de sua Excelência o Presidente da República Aníbal Cavaco Silva. O investimento total foi de 6,1 milhões de Euros, dos quais 4,7 milhões de Euros tiveram financiamento comunitário (QREN INALENTEJO) cabendo ao Município de Elvas assegurar a diferença.

Isabel Pinto

Arqueóloga. Técnica Superior da Câmara Municipal de Elvas desde 2001. Mestre em Museologia: Pós-Graduada em Museus e Educação: Estudos Avançados em Recuperação do Património Histórico e Regeneração Urbana e Económica; e Património Cultural Imaterial. Integrou o grupo de trabalho da candidatura de Elvas a Património Mundial em 2007, tendo acompanhado todo o processo de avaliação da mesma por parte da UNESCO, desde essa data até a classificação do Bem em 2012.

É a representante técnica da Autarquia junto da Comissão Nacional da UNESCO, da Organização das Cidades Património Mundial (OCPM) e da Rede do Património Mundial de Portugal (RPMP).

Atualmente integra o grupo de trabalho que prepara o dossier de candidatura a Património Mundial das Fortalezas Abaluartadas da Raia.

É natural da cidade de Luanda, em Angola. Hoje mora na cidade de Elvas, em Portugal.

Ao receber a Revista DaCultura de Nº 33, parablenzo a toda equipe editorial pela qualidade gráfica e pela seleção das matérias. Meio Ambiente, Soberania, História e Cultura são temas fundamentais para compreender as complexidades do momento. Somente um olhar acurado para o passado nos permite analisar o presente com pertinência e projetar o futuro com maior precisão. Ao longo de todos esses anos, é fato que a Revista DaCultura tem se tornado um verdadeiro vetor de Comunicação Estratégica, alinhando valores e objetivos institucionais.

Não poderia ser mais apropriada a chamada para os artigos na capa da publicação: “A Amazônia nos Pertence”.

Parabéns!

Gen Div Richard Fernandez Nunes

Chefe do CCOMCEX

Em certo trecho de seu livro “As Ideias têm Consequências” o lúcido pensador americano Richard M. Weaver afirma que nós ocidentais devemos tratar o Passado com máximo carinho. Pois bem, há muito tempo a Revista DaCultura vem tratando a história do Brasil com esse carinho. Parabéns!

Coronel QEM - Roberto Miscov Filho

Consórcio

Planejou, comprou

A opção certa para planejar a aquisição do imóvel, do carro, da moto, da bicicleta e a contratação de serviços diversos

Quem pode militares; servidores civis da administração direta e indireta da área federal; funcionários do Banco do Brasil; pensionistas, cônjuges e filhos de integrantes desses públicos; e outros mediante convênio

Sujeito a alteração sem aviso prévio
Consulte as normas e condições vigentes



0800 61 3040
www.fhe.org.br

FHE FUNDAÇÃO
HABITACIONAL
DO EXÉRCITO

O Forte da Graça foi alvo de um projeto de recuperação e adaptação para o desenvolvimento de atividades culturais, promovido pelo Município de Elvas, entre 2014 e 2015. A intervenção teve como objetivo tornar o monumento visitável, dotando-o das valências próprias para esse fim, tais como: receção/loja; instalações sanitárias; cafetaria; áreas para serviço educativo e auditório.

